

Aprovada na 1041ª sessão

ALADI/CR/Ata 1034  
15 de abril de 2009  
Horário: 10h20m às 13h50m

ATA DA 1034ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 1032ª sessão.
4. Agenda da Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros.
5. Relatório sobre o "Seminário para a Dinamização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e o uso dos sistemas de pagamentos em moedas locais".
6. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos.
7. Assuntos diversos.
  - Coordenação das próximas reuniões do Comitê de Representantes e órgãos auxiliares.

---

Preside:

PABLO GUZMAN LAUGIER

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Pablo Guzmán Laugier e Benjamín Blanco Ferri (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, Liliam Beatrís Chagas de Moura, Clélio Nivaldo Crippa Filho e José Gilberto Scandiucci (Brasil); Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly Fernández (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jessica Pásara Caycho (Peru); Linda Rabbaglietti, Raquel María Rodríguez Sanguinetti e Luján Barceló (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela); José Fernando Dora (OMS/OPS)

Secretário-Geral: Bernardino Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Oscar Quina Truffa e Ricardo Hartstein.

---

PRESIDENTE. Bom dia, prezados Embaixadores da Associação Latino-Americana de Integração.

Iniciamos a 1034ª sessão do Comitê de Representantes, de 15 de abril de 2009.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Submetemos à consideração a Ordem do Dia, que está em suas Mesas, caso haja algum comentário a respeito.

Não havendo nenhuma observação à Ordem do Dia, dá-se por aprovada.

2. Assuntos em Pauta

...Iniciamos a sessão tratando dos Assuntos em Pauta. Senhor Secretário-Geral, por favor, leia os Assuntos em Pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Bom dia a todas as Embaixadoras e Embaixadores.

Os temas em Pauta, como de praxe, estão em seu poder. Quero destacar a informação, dada pela Representação do Peru, de que o Embaixador Max de la Fuente cessará suas funções no próximo mês de maio, ou seja, ele nos acompanhará até o Conselho de Ministros e, posteriormente, teremos que organizar uma sessão extraordinária de despedida ao Embaixador Max de la Fuente, como corresponde.

Por outro lado, quero destacar que recebemos uma importante contribuição da Bolívia, Presidente, para o pagamento de quotas, o que muito apreciamos. Além disso, gostaria de mencionar –não está entre os Assuntos em Pauta - que ontem recebi cópia da Nota na qual o Paraguai apresenta ao Panamá sua lista de negociação de exceções. Com isso, a Bolívia, o Equador e o Paraguai já a apresentaram. Depois, o Embaixador do México certamente falará sobre o tema, para que, quando chegar a Missão panamenha, possa conversar diretamente com as listas em mãos.

Por último, quero mencionar que recebi dois convites, um do CARI, o Conselho Argentino para as Relações Internacionais, para viajar a Buenos Aires, a fim de ver temas relacionados à integração, o que farei amanhã, permanecendo na quinta-feira e na sexta-feira em Buenos Aires, e o CARI mostrou-se muito interessado. Junto com o Embaixador do México, participamos de uma reunião dos Conselhos de Relações Internacionais de nossa América, realizado em Punta del Este há duas semanas. Um dos temas que muito me interessou foi este acordo de energia assinado por várias Instituições, e que a ALADI é Secretária, e que recentemente a OEA somou-se. Isto é, a questão energia, como todos lembramos, era central no ano passado, junto com a alimentação, e, logo a crise a superou. Então, estaremos falando sobre esse tema e veremos como estas Instituições nos ajudam também na recopilação de dados que agora estamos iniciando.

Por outro lado, o SELA tem programada a realização, em maio, de uma reunião sobre Tratamento das Assimetrias nos Processos de Integração, e, quando aproximar-nos da data, veremos a oportunidade de assistir, ou que um dos dois Subsecretários possa representar-nos.

Esses são os temas, senhor Presidente, que temos em pauta.

“1. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 10, de 02/04/2009.

Comunica que o Embaixador Max de la Fuente Prem cessará suas funções em 8 de maio de 2009.

2. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 212, de 03/04/2009.

Comunica que foi incorporado ao ordenamento jurídico uruguaio o Acordo de Complementação Econômica Nº 63, e envia em arquivo o decreto correspondente.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2908.

3. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 210, de 06/04/2009.

Comunica a incorporação ao ordenamento jurídico uruguaio da Ata de Retificação do Sexagésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2909.

4. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Bolívia. Transferência bancária, em 31/03/2009, de US\$ 140.000. - correspondente à quota do plano de pagamentos do exercício 2009, quitando contribuições do exercício 2009, custos financeiros de 1995 e a conta custos financeiros de 1996.

5. Convites recebidos:

Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI). Nota de 08/04/2009. Convida o Secretário-Geral para participar das reuniões de trabalho relacionadas a temas de integração, a realizar-se em Buenos Aires, nos dias 16 e 17 de abril de 2009.

Sistema Econômico Latino-Americano (SELA). Nota Nº SP-09/0443-078, de 03/04/2009. Convida o Secretário-Geral para participar da Reunião Regional sobre o Tratamento das Assimetrias nos Processos de Integração da América Latina e Caribe, a realizar-se nessa sede, em 7 de maio de 2009.”

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da ata correspondente à 1032ª sessão

...Concluído este ponto, passamos à consideração da ata correspondente à sessão 1032.

À consideração.

Não havendo observações, dá-se por aprovada a ata correspondente à sessão 1032.

4. Agenda da Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

...O ponto número 4 da Ordem do Dia é a Agenda da Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

Oferecemos a palavra aos países-membros.

Recordando a importante reunião do Conselho de Ministros, há pouco, no café da manhã de trabalho que tivemos com os meios de imprensa, mencionou-se o ponto, por solicitação dos senhores jornalistas, da Resolução 340, que convoca para a Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, aprovada na sessão anterior. A mesma constitui-se da seguinte agenda: Instalação do Conselho de Ministros; Eleição de autoridades; Aprovação da Agenda; Adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980; Assuntos Diversos; Aprovação e assinatura da Ata da Reunião.

Temos dois pontos importantes para o Conselho de Ministros: obviamente, já é de conhecimento público a convocatória da Reunião do Conselho de Ministros, o que impõe uma certa responsabilidade aos países-membros para garantir a realização deste Conselho de Ministros, dado que a ALADI deve enviar, neste momento de crise, um sinal positivo para a região; além do passo importante do encontro entre autoridades de Bancos Centrais e de Ministérios de Economia, Finanças ou Fazenda. Portanto, a Presidência faz um chamado aos países para que garantamos a presença de nossos Ministros das Relações Exteriores no dia 29 de abril.

Dois temas importantes na agenda. O primeiro deles: vamos pedir ao Secretário-Geral que nos informe quais são os passos dados para a aprovação do ingresso do Panamá, em

que estado se encontra este trâmite, e se é viável, factível, que este tema efetivamente seja o centro deste Conselho de Ministros, e posteriormente informaremos um pouco acerca das gestões que vêm sendo realizadas para a possibilidade de aprovar as Resoluções que estão pendentes, e que seria um sinal muito importante de a ALADI poder aprová-las de forma unânime entre todos os Ministros.

Senhor Secretário-Geral, por favor, informe-nos sobre as gestões realizadas com a República do Panamá.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Embaixador do México que, como Presidente do Grupo de Trabalho que estudou o ingresso do Panamá, fez-se presente comigo na cidade do Panamá para manter entrevistas com as autoridades panamenhas.

Nós levávamos o encargo do Comitê de transmitir ao Panamá a satisfação e a decisão do Comitê de propor ao Conselho de Ministros a incorporação do Panamá, tendo sido o próximo dia 29 a data estipulada para a reunião do Conselho.

Além disso, haviam-nos pedido que vissemos a possibilidade de que assistisse uma pessoa de alto nível representando o mencionado país na sessão do Conselho de Ministros, tendo em conta que há eleições no Panamá no dia 3 de maio, ou seja, dias posteriores muito próximos, que tornariam muito difícil a presença do próprio Presidente, que, em dado momento, quis assistir a essa sessão, e também o Chanceler. Outrossim, haviam-nos encomendado que vissemos a possibilidade de uma missão técnica panamenha, o quanto antes, o que se realizará a partir de amanhã, para delinear as questões finais que compreendem sua incorporação.

Neste ponto, prezado Presidente, gostaria de pedir ao Embaixador Luiselli que nos contasse, a partir de seu ponto de vista, como foi nossa missão ao Panamá.

PRESIDENTE. Embaixador Luiselli, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Secretário-Geral. Obrigado por suas palavras. A reunião no Panamá foi muito fraternal e amável, estivemos com o senhor Chanceler Lewis que, por sua vez, é o Vice-Presidente da República, com os Altos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, e, no dia seguinte, reuni-me com o pessoal do Ministério de Economia e de Comércio para explicar-lhes um pouco o que ficava na agenda, que é, basicamente, o que já desenvolvemos aqui: ver quais são suas exceções, sua negociação com os PMDERs e os instrumentos assinados com a Colômbia e com o México.

Tudo já está fluindo, e penso que tudo poderá ser resolvido, sem nenhuma dúvida, na visita da missão técnica, que começa amanhã. Somente uma dúvida que não pude responder-lhes: foi a respeito do instrumento com o Chile, e eles também demonstraram muito entusiasmo em relação ao novo instrumento assinado com Cuba. Então, prometi comentá-lo com os colegas do Chile e de Cuba do que me foi assinalado no Panamá.

Recentemente, houve uma visita de Chefes de Estado a Havana, e foram assinados instrumentos de comércio importantes com Cuba, então teríamos o da Colômbia, o do México, o do Chile e um instrumento com Cuba. Repito, tanto em relação ao do Chile como ao de Cuba, não conheço os detalhes, e não fiquei em maiores discussões com eles, mas aqui isso será feito, sem dúvidas, com os senhores.

Devido às eleições presidenciais panamenhas, estariam pensando que a Ministra de Comércio estivesse presente na reunião do Conselho de Ministros. Ficaram muito agradecidos conosco, com a Secretária, comigo, e eu disse que isso faz parte do grupo de Representantes, e sentimos que tudo está funcionando muito bem, e eles veem com muito entusiasmo sua incorporação à ALADI. O Panamá é um país que decidiu aproximar-se e abrir-se mais para a América Latina, e penso que isso é muito positivo.

Isto é basicamente o que tenho a acrescentar ao que o senhor já disse, senhor Secretário-Geral. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Não sei se a Representação de Cuba e a Representação do Chile gostariam de fazer alguns comentários sobre os instrumentos.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Efetivamente, a partir do último ano, foram fortalecidas as relações econômicas comerciais com o Panamá e, em razão disso, no último período, foi assinado um Acordo de Complementação Econômica, penso que em oportunidade do próprio Conselho de Ministros, a partir de todo este processo, poderemos conversar e continuar aprofundando a relação e explicar em que consistiu o acordo assinado. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora. Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Quando estávamos no Grupo, tocamos neste tema. O Chile efetivamente tem um Tratado de Livre Comércio, assim chamado, com o Panamá, vigente. Já passou por ambos os Congressos desde o ano passado e, efetivamente, como falado com a Secretária, uma vez que o Panamá for membro pleno, notificar-se-á como ACE e terá um novo número na lista de Acordos de Complementação Econômica que temos aqui na Associação. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente, não queria interrompê-lo. Gostaria somente de dizer que é ótimo que toda a negociação com o Panamá esteja chegando a uma etapa conclusiva e bem-sucedida, e que poderemos, então, receber o Panamá no próximo dia 29, no Conselho.

Se me permite, Presidente, eu gostaria de compartilhar algumas ideias com meus colegas, os Embaixadores, sobre a próxima reunião do Conselho de 29 de abril. Estou há 2 anos aqui como Representante Permanente junto à ALADI, e, às vezes, tenho a sensação de que, muitas vezes, esquecemo-nos da importância deste instrumento para a integração. Penso que nos esquecemos de quanto a ALADI poderia ajudar todos nós a aproximar-nos e a fazer com que haja uma integração maior entre todos nós, sobre todos os pontos, o econômico, o social - que ao menos conseguimos introduzir agora mais recentemente- o comercial, de todos os pontos de vista, isso fica ainda mais em evidência agora com a crise financeira, com a necessidade identificada por todos, países em desenvolvimento, países desenvolvidos, de que a integração é a melhor maneira de enfrentar os efeitos e o impacto da crise.

Penso que posso dizer aqui, Presidente, algo que o senhor me disse agora, na entrevista de imprensa, e que não deixa de ser algo duro de ouvir: um dos jornalistas

perguntou, em público, o que é essa ALADI com o fiasco, com o fracasso que houve na última reunião do Conselho de Ministros, e se não seria outro fracasso agora, no dia 29.

Senhor Presidente, penso sinceramente que, pelo bem de todos nós, não podemos permitir-nos o luxo de que seja um fracasso o dia 29 de abril. Não podemos permitir que seja mais um fracasso, porque aí estaríamos dando um sinal ao mundo, não somente para nós, mas ao mundo, que não temos a capacidade de integrar-nos, sendo um mau exemplo para todos nossos países no cenário internacional.

Temos, ainda, 10 dias, porque todos nós vamos ter que mandar os resultados de nossos trabalhos a nossas capitais, mas temos uma semana ou 10 dias, talvez, para tentar fazer com que este Conselho seja realmente significativo.

O senhor disse que o tema central é o Panamá, e é verdade, a adesão do Panamá é um tema importantíssimo, mas por que não ter uma agenda um pouco maior, uma agenda, como o senhor mesmo disse, em construção, e por que não tentar construir? Temos mais 10 dias. Por que não podemos sentar-nos em reuniões de Chefes de Representação, em reunião do Comitê, sobretudo mantendo nosso nível de Chefes, e tentar, política e tecnicamente, lógico, resolver os poucos problemas que ainda temos?

O senhor mesmo falou do conjunto de Projetos de Resolução. Falta-nos um Projeto. Por que não sentar-nos e tentar ver se podemos encerrar este Projeto? E ter, como o senhor disse, um conjunto aprovado por consenso por todos nós, significativo, que possa mostrar a este jornalista que disse por que a ALADI sempre fracassa que isso não é verdade, que fomos capazes de fazer algo significativo. Penso que serviços daria um *plus* a nossa agenda, e mostraria que há algo, porque poucos hoje em dia não estão em negociação de serviços, sobretudo em nossa região. O MERCOSUL tem um acordo com o Chile, nós estamos tentando começar uma negociação com a Colômbia.

Podemos fazer um Projeto de Resolução a nosso estilo, como quisermos, sobre serviços, e temos uma semana, 10 dias, para tentar fazê-lo aqui e aprovar um Projeto de Resolução, que será reconhecido como importante, e com isso ter todo o conjunto pronto para aprovar os Projetos de Resolução no Conselho.

Os resultados do seminário sobre CCR e moedas locais que teremos dentro de uma semana é algo muito transcendente, e penso que cabe aos Ministros, no Conselho, garantir que esses resultados tenham acompanhamento, porque temos um seminário, vêm nossos representantes do Banco Central, Ministério da Fazenda e a Delegação brasileira é grande, -pelo menos umas 10 pessoas para este Seminário-, parece-me um exagero, mas está bem, de todas maneiras vem muita gente - e são os Ministros que poderão garantir o seguimento dos resultados do Seminário, ao reconhecer os mesmos, a partir de uma identificação e registro que a Secretaria-Geral fará sobre os resultados desse Seminário e remeter esses resultados ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI, que trata, no final das contas, da parte monetária, da parte financeira, do CCR e tudo.

Isso é para que haja um *follow up*, um seguimento, para que haja concretização desses resultados, caso contrário, eles serão perdidos. Haverá o seminário, identificação possibilidades para melhorar o CCR, identificarão possibilidades para fazer uso de moedas locais, e devemos explorar essas possibilidades, e, se não se enviam para o Conselho pedindo que se trabalhe sobre eles, perder-se-á o Seminário. Então, penso que esse é um ponto importantíssimo que entraria na Declaração dos Ministros, em um texto na Declaração, junto, talvez, de um texto também. Sei que muitos países têm interesse nisso, o Equador é um dos países que tem interesse, junto com um texto sobre a crise financeira e

como nós podemos trabalhar para amenizar ou para neutralizar, reduzir os efeitos do impacto da crise.

Penso que na Declaração dos Ministros poderia haver, então, um texto sobre o CCR, sobre Moedas locais e também sobre a questão da crise, e como podemos tratar de mitigar os impactos da crise financeira.

Um ponto mais, Presidente, se o senhor me permite, perdão por estender-me. Um primeiro ponto seria a Adesão do Panamá, o segundo seria a questão da declaração dos Ministros sobre CCR e Moedas Locais e a crise. Um terceiro seria a aprovação de todo o conjunto de Projetos de Resolução. O quarto ponto, Presidente, seria o que nós, a ALADI, a Secretaria da ALADI, sob a coordenação do Chile no Grupo de Trabalho, estivemos trabalhando sobre a implantação de um Sistema de Certificação de Origem Digital. Na semana passada, casualmente, tivemos um encontro com o pessoal da Secretaria e soubemos que isso está quase pronto, quase concluído, e poder-se-ia começar a ter o sistema funcionando, em bases experimentais através de um Plano Piloto, a partir de maio ou junho.

É uma grande realização, não necessitaria ser um Projeto de Resolução dos Ministros, mas merece ter visibilidade, e fazer com que os Ministros possam reconhecer este trabalho, a finalização deste trabalho, reconhecer que o sistema está por ser implantado, em caráter experimental, -o Subsecretário Quina conhece muito bem esta questão porque acompanhou isso- e dar uma base jurídica a partir da qual cada um dos países em seus ACEs poderá determinar o que quiser, como e quando progressivamente o implantará. Há alguns países que poderiam estar capacitados mais rapidamente que outros para implantar o sistema, então, implantar-se-ia na medida em que fosse possível pelos países, sobre as bases jurídicas que os Ministros no Conselho poderiam criar.

Isso é uma coisa que terá uma visibilidade muito grande, e, Presidente, se nós, depois de 5 ou 6 anos de trabalho, fizemos e não darmos visibilidade, outros o farão, e perderemos a vanguarda que a ALADI tem. É uma vanguarda mostrar que a ALADI está no século XXI, que os certificados de origem não serão mais feitos, pelo menos há uma possibilidade de que não sejam feitos mais sobre a base de papel, formulários, assinaturas, e, no século XXI, envios por DHL entre o exportador e o importador, custos, isso representa uma redução em termos de custos, representa mais agilidade para o exportador, para o importador. Isso é algo que terá uma enorme visibilidade, Basta dizer que, no Brasil, houve uma reunião na FIESP\* há uma semana sobre isso, e uma reunião na qual parece que havia muitos empresários participando e falando sobre isso.

Então, imagine, Presidente, a repercussão positiva que terá. Perguntarei a este jornalista que comentou sobre o fracasso do último Conselho, se este Conselho será um fracasso se os Ministros puderem aprovar um Projeto de Resolução simples, muito simples. Poderíamos também tentar ver este ponto em reuniões de Chefes no Comitê, como quiserem, como for decidido aqui. São os quatro pontos, Presidente, que eu submeteria ao senhor e a meus colegas para ver se conseguimos concluir isso para o dia 29 e ter realmente um Conselho que seja importante e que termine de uma vez com esta sensação, esta percepção, tida por muitos, inclusive os jornalistas, de que a ALADI é um fracasso e que os Conselhos somente chegam a ser frustrantes.

---

\* Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Um primeiro Conselho fracassado, como o último que tivemos no ano passado, foi muito grave, mas ter um segundo Conselho também fracassado será mais grave ainda. Penso, então, que é nossa obrigação tentar valorizá-lo, dar mais visibilidade, ainda se pudermos ter esses quatro pontos concluídos e aprovados por nossos Ministros. Obrigado e desculpe-me, uma vez mais, Presidente, pelo tempo.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado. Brevemente, eu compartilho plenamente a preocupação de meu colega brasileiro: dar um corpo robusto às Declarações e aos resultados do Conselho de Ministros. Todos sabemos que há pontos difíceis que ainda não temos resolvidos e que estamos esperando que sejam resolvidos. Infelizmente, não sei se teremos tempo, porque há pontos que devem ser consultados com o Governo, pelo menos no meu caso, com dois Ministérios, porque a reunião é muito importante e virá um representante de muito alto nível, e, neste caso, sim, estamos muito próximos da Chancelaria e da Secretaria da Economia revisando os temas.

Então, se tivermos tempo, façamos o esforço. Eu, no entanto, atrevo-me a dizer que o tempo é muito curto. Não tenho objeções a respeito do tema de Certificação Digital, e estamos de acordo com a excelente iniciativa dos senhores, do Brasil, do Convênio de Pagamentos e de Créditos Recíprocos, mas a questão é um pouco a letra fina e as redações finais. Penso que mereceria uma Declaração, de muito porte, sobre o que estamos fazendo frente à crise, a crise avança. Se os senhores veem as últimas estatísticas, a queda do comércio foi brutal, e alguns países da região tiveram quedas muito pronunciadas no comércio, entre eles o México, o próprio Brasil, o Equador também, e, em geral, todos fomos golpeados no comércio pela crise, então, uma Declaração de *standstill*, de que vamos defender nosso comércio, defender nossa agrupação de grande porte político, teria a majestade, a dignidade de uma Resolução importante na conjuntura da crise.

Devo dizer que difiro em um ponto do meu caro amigo Regis: a reunião não pode fracassar, não há risco de fracasso porque vamos dar as boas-vindas a outro país. Então eu não colocaria nestes termos, eu estaria de acordo com os senhores na necessidade de avançar e de dar um empurrão nisto, mas desta vez não há risco de fracasso, porque um país irmão estará ingressando na ALADI, de uma vez e para sempre. Com esta preocupação com o tempo, porque desta vez, sim, devemos fazer consultas, compartilho a preocupação, o sentido de urgência, mas sou um pouco pessimista pela questão tempo. Para mim, uma boa declaração política e o ingresso do Panamá salvam a reunião. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Para a Colômbia resulta essencial que este próximo Conselho de Ministros, que já tem e se reveste, por si, de uma importância somente pela inclusão do Panamá como país-membro permanente dessa nossa Associação, seja acompanhado também, aproveitando a oportunidade desse Conselho, para que haja uma apresentação robusta, efetiva, dos trabalhos e tentativas que vêm sendo feitas neste ínterim. Apoio a posição do Brasil, e gostaria de fazer uma pequena observação: penso que a Declaração da reunião dos assuntos financeiros e monetários, a condução e a preocupação que a ALADI está tendo frente a esta crise econômica é importante ser refletida. Acredito que a parte relacionada aos certificados de origem e à modernização, à agilidade que estamos dando é importante.

Em relação aos Projetos de Resolução, pensava que estão todos praticamente aprovados, e todos aqui presentes sabem que há um tema, serviços, que freia a vontade da globalidade de nossos Projetos.

Pensava que estes dias são bons para tentar alcançar um acordo, especificamente entre aqueles países que têm que alcançar esse acordo. Mas, pergunto-me, se ficarmos sem resolver a questão particular de serviços, não seria oportuno que dentro dos mandatos deste Conselho estivesse justamente a necessidade de seguir avançando no tema de serviços? Isto é, se, por alguma razão, não estivermos em capacidade de chegar com a Resolução finalizada, que fique como um mandato continuar trabalhando no tema até chegar a um acordo, de maneira que se alcance a totalidade de nossos interesses. Apresenta-se uma ALADI vigorosa, preocupada pela integração, pela realidade conjuntural, pela visão a longo prazo, em minha opinião, se há um mandato de continuar trabalhando, estaremos cumprindo também, e já havendo cumprido os mandatos da Resolução anterior. Essa seria a proposta da Colômbia.

PRESIDENTE. Obrigada, Embaixadora. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Penso que todos coincidimos na vontade política de outorgar ao próximo Conselho a maior eficácia e repercussão possível, não tenho a menor dúvida disso. A Argentina não tem inconveniente em nenhum dos posicionamentos apresentados pelo Brasil, pois estamos em condições de acompanhar, mas gostaríamos de ser um pouco mais cuidadosos com alguns pontos, porque, por exemplo, o México indica que, com razão, o tema de uma Declaração política sobre a crise é de suma importância.

Com total franqueza, não compartilho que o simples fato do Panamá justifique o Conselho de Ministros. Em que sentido digo isso? Se o Conselho de Ministros se reúne, na crise em que a região, o país e o mundo estão vivendo, e não dissermos nada sobre tudo isto, porque o Panamá é incorporado, e aplaudirmos, penso que vamos ficar muito deslocados. Não acredito, com franqueza, que o simples fato da incorporação do Panamá que, obviamente, celebramos, sabendo que é um sinal positivo, que indica a vontade de crescimento e de permanência da ALADI, mas isso, frente à crise geral que estamos vivenciando, não é suficiente para que as opiniões públicas considerem que demos um passo substancial.

Penso que não é possível reunir o Conselho da ALADI sem ter uma Declaração contundente em relação ao tema da crise, mas não de diagnóstico, porque de diagnóstico tudo já está feito, há 500 diagnósticos. Parece-me que, e isso quero enfatizar, os trabalhos que a ALADI vem fazendo, entre outros, o CCR e a eleição de uma moeda local como pagamento para ajudar e paliar a crise, é uma ferramenta, não significa que trazemos à Mesa o CCR simplesmente porque é bom e conveniente. Não, mas porque é uma ferramenta que serve para estes fins e, por isso, estamos concentrando os esforços na realização deste Seminário.

Da mesma maneira, também é uma ferramenta o fato de estarmos buscando a certificação digital, porque é uma ferramenta que facilita o comércio, quando está sendo produzida uma queda do comércio –como assinalado corretamente pelo Embaixador do México- em todos nossos países. O fato de dizer: senhores, o Certificado Digital é também uma ferramenta que estamos construindo e pondo à disposição para facilitar o comércio inter-regional. Ou seja, de tudo isto temos que fazer uma unidade, não são pontos separados, todos são um mesmo ponto. Logicamente, se pudéssemos enriquecer isso com

um conjunto de Resoluções que fazem referência a uma quantidade de temas, o que viemos trabalhando durante um longo tempo, parece-me que seria muito valioso.

Tenho as mesmas dúvidas e prevenções do México sobre o tempo, sobretudo porque, na verdade, nós pensamos que nesta próxima semana devemos concentrar-nos fundamentalmente em garantir o maior êxito possível do Seminário, devemos fazer os maiores esforços para que dali saiam ideias concretas, inovadoras, que reabilitem e coloquem em maior vigência e vigor o CCR e as moedas locais.

Penso que o tempo, salvo havendo uma atitude diferente daqueles que, por alguma razão, -que compreendemos perfeitamente- impedem o término do tratamento dos Projetos de Resoluções, não será suficiente. De todas as maneiras, penso que —e isto é muito importante enfatizar - é necessário dotar este Conselho, não somente da incorporação do Panamá, mas sim de um conteúdo político nítido e claro, porque isso é o que estará buscando a opinião pública, não a incorporação do Panamá, esse é o fato, o pretexto quase, mas o que a opinião pública está buscando, o que os nossos Governos vão esperar, etc., é ver quais medidas tomamos efetivamente frente à crise. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Para ser muito concreto, respaldando as intervenções prévias, penso que, para aterrissar, deveríamos fazer neste minuto a solicitação à Secretaria de uma nova agenda para ser distribuída, mas com três pontos, talvez, não como propõe o Embaixador do Brasil, de quatro pontos, mas sim como assinalava o Embaixador Olima: o Panamá, Projetos de Resolução e medidas para paliar a crise, e aí reunir o que o Embaixador do Brasil assinalava em dois, que seriam justamente o COD, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, e outras medidas que estaremos trabalhando e conversando amanhã, também na reunião de Alternos.

E, nesse regime para poder avançar, ser otimistas e chegar com uma boa convocatória, porque obviamente estamos todos fazendo as gestões para que venha a mais alta Representação possível, e, para que isso se concretize, esta agenda tem que ter forma.

Para isso, eu instaria todos aqui a que continuássemos o trabalho, amanhã já o começaremos, com as medidas frente à crise, na sexta-feira, segunda-feira e terça-feira, não temos mais tempo de ir tratando todos os temas que temos em toda esta agenda. Amanhã vamos tratar a crise, na sexta-feira tratamos serviços e aí vemos como tiramos serviços. O Chile tem, inclusive, alguma proposta que poderia fazer, e a faremos nesse minuto na reunião de Chefes de Representação, para ver uma possibilidade de saída ao tema de serviços.

Talvez a saída esteja, talvez não tenhamos escutado a opinião da Bolívia ou da Venezuela a respeito das tentativas feitas pelo Brasil, talvez já tenhamos a saída e talvez nossa proposta pudesse ser inútil. Além disso, a Embaixadora da Colômbia apresentou uma saída, penso que podemos trabalhá-la, mas temos que ser claros que essa é a agenda hoje, estamos fazendo tentativas para que venham nossos Chanceleres, não podemos continuar com o fato de que a Ordem do Dia seja o Panamá oficialmente. Queria instar a isso, que nossa agenda seja resolvida na sexta, na segunda e na terça, não há mais espaço, se resolvermos na segunda, fantástico, se o fizermos na sexta, melhor, mas trabalhar assim. Ou seja, todo o demais passa a um segundo plano, porque temos o Seminário na quarta-feira, e na quinta-feira há Comitê, e não há mais tempo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Somente três pontos: Panamá, Resoluções...

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). E medidas para mitigar a crise. Esse seria o título, e aí subdividi-lo com as propostas feitas pelo Embaixador do Brasil.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bom dia a todos.

Penso que, com cada intervenção, as coisas são vistas de forma mais clara, e, coincidindo totalmente com a intervenção da Argentina, e não posso dizer que esteja em desacordo com o Chile, mas por aí vi uma expressão que me esclarece o tanto que a ALADI trabalhou em anos nestes Projetos de Resolução, cada dia têm menos valor, ficam submergidos frente à crise.

O problema central é a crise, o Panamá é um assunto complementar, importante ser aproveitado, mas o problema grave não é o Panamá, é a crise que nos preocupa e que não podemos colocar de lado, e, inclusive, coincido totalmente com a intervenção do Brasil, menos em relação a colocar no mesmo grupo os CCR e a crise, pois penso que a crise merece um tratamento especial no problema do Seminário que acontecerá, que está bem que se pronuncie esta reunião de Ministros, mas penso que a crise é o relevante, o que os meios, o que os países esperam, qual a posição da ALADI frente à crise.

Eu não acredito que o simples fato de que o Conselho se reúna para tratar do caso do Panamá se constitua em um fracasso, mas sim se constitua em pobreza. Aqui, nosso desafio é se será um Conselho pobre ou um Conselho qualitativamente rico, ou um Conselho que dá um salto qualitativo e que sai dos âmbitos, das etiquetas que a ALADI tem em nossos países, de ser um instrumento, um cartório, mas que não pensa politicamente, que não dá soluções à crise.

Penso que todas as Instituições internacionais estão obrigadas a fazer o esforço de pôr seu grão de areia ou uma rocha para deter a crise. E a reunião do Conselho de Ministros teria que ser essa oportunidade, porque, caso contrário, estaríamos fazendo a mesma coisa que um avestruz, estaríamos reduzindo o grande problema e atendendo problemas pequenos, ou atendendo problemas de menor envergadura.

Acredito que, aqui nesta reunião, sobretudo a Argentina e o Chile destacaram a importância do problema central, também como apresentou o México. O Equador manifestou que não somente deve ser feita uma declaração sobre a crise, mas também nos comprometemos a que haja um plano para enfrentar a crise econômica internacional a partir de nossa perspectiva, da América Latina e do Caribe. Comprometer-nos a fazer um plano, que é propor aos outros o que nós acreditamos, para que os outros recortem ou enriqueçam o que a ALADI pensa frente à crise. E acreditamos que poderia ter três partes, poderiam ser menos, ou mais, como um programa regional de facilitação e de promoção comercial, um programa regional de cooperação para a produção e a seguridade alimentar, e um programa regional de coordenação e cooperação em matéria econômica.

Penso que, como muito bem disse o Representante da Argentina, esta reunião de Ministros é um ótimo pretexto para enfrentarmos a crise. Quando se quer, se pode. E uma pequena observação: embora haja cinquenta, quinhentos e cinco mil diagnósticos, quase todos não servem, porque são diagnósticos unilaterais, são diagnósticos, como diria Edgar Morin: tortos, de pessoas fechadas em uma disciplina onde despreciam ou ignoram o que

os outros comprometidos com a crise pensam sobre ela, mas que se negam a conversar entre eles.

O grande desafio é que não demos oportunidades para que os diferentes países, as diferentes disciplinas, os diferentes componentes da crise possam ter fóruns e ambientes para enriquecer-nos mutuamente, partindo da perspectiva de que ninguém é dono da verdade, de que nenhum país, nenhuma pessoa tem o filme completo, porque não existe essa pessoa no mundo, nem existirá no futuro.

Se a realidade é complexa, se a realidade tem muitas causas, necessitamos de visões diferentes. Esse é o problema dos diagnósticos, não é que haja muitos diagnósticos, há demasiados diagnósticos unilaterais, parciais, limitados, pobres, porque desapreciam as outras disciplinas, porque os economistas, os antropólogos, os engenheiros comerciais, os filósofos, os sociólogos desapreciam-se, todo o mundo que tem relação com a crise age separadamente, e tem medo de ouvir as opiniões dos outros e a não se enriquecer mutuamente.

Por isso eu defendia a possibilidade de que o próximo fórum fosse uma verdadeira oficina, mas houve uma decisão e o pior é não fazê-la, clássica, anterior a 1900, e é que cada qual exponha a sua opinião, sem que haja possibilidade de que entre si os diferentes componentes possam dialogar, e para mim esse é um desafio que em algum momento as instituições mundiais, e também a ALADI, têm que fazer. Seja a possibilidade de escutar-nos, mas também de, conjuntamente, unir esforços e redigir algo, e daí a grande importância desse documento de Resolução sobre a crise: que seja uma oportunidade de trabalhar com os Alternos e a com a Secretaria para, conjuntamente, aparecer como sujeitos políticos, e não como sujeitos técnicos, dizendo que aqui a ALADI também está presente, junto ao SELA, à CEPAL e a outros organismos, e não que recusamos a realidade que somente pode ser enfrentada da política, a política piora os problemas e ajuda a resolver.

Portanto, penso que fomos rebaixados, lamentavelmente os interesses mesquinhos e pequenos, às vezes, que se dão em nossos países fazem com que não nos coloquemos de acordo nem em relação ao comércio, que é uma dimensão cotidiana, e nem em uma dimensão que tenha um maior compromisso, como é a política, que tem a ver com os interesses comuns de todos, e a causa do fracasso é que muitas coisas são avançadas somente por vias bilaterais, e esse não é o objetivo da ALADI.

Então, queremos dizer que auguramos, e eu diria que em grande parte depende do Brasil e também da Venezuela, que seja muito mais rica a reunião, porque me interessa que saiam os quatro Projetos superficialmente do que nós não produzimos. Se já os criamos, se já foram trabalhados, se já estão aprovados, por que estaremos abaixo das circunstâncias, deixá-los escondidos, por quê? Para quando? Para quando já estiverem obsoletos ou tivermos desaparecido.

Então, apoio o apresentado pelo Brasil, e ninguém se opôs a que façamos um esforço para ver qual Resolução pode-se tirar no tema de serviços, mas se não sair, que não seja um pretexto para que não tiremos os quatro Projetos já aprovados, e isso determinará que seja menos ou mais rica a reunião do Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente.

Minha Representação escutou com muita atenção as manifestações de todos os Representantes Permanentes, e nós coincidimos com a preocupação do Brasil, no sentido de que o que está em jogo e em debate é a viabilidade da ALADI como mecanismo ou Organização que promove efetivamente um comércio na região.

O Conselho de Ministros que vem pode enviar um sinal claro a todos nossos Governos e a toda a região, e obviamente ao mundo, de que a organização está encaminhada no âmbito dos objetivos que persegue. Isso, para nós, é realmente importante: que seja possível concretizar-se uma reunião do Conselho de Ministros nessa visão.

Neste sentido, coincidimos com muitas Representações de que seria ideal que a agenda para o Conselho de Ministros incluísse não somente a adesão do Panamá, mas também outros temas. O Peru expressou, reiteradamente, o interesse e a prioridade que merecem os trabalhos da ALADI e os objetivos que a Organização persegue, o conjunto de Resoluções. Para nós, seria prioritário que fosse possível incluir a Resolução de serviços que está em debate. Esperamos que a discussão de hoje possa definir esse ponto.

A respeito dos outros pontos propostos para a agenda, penso que a proposta do Chile é interessante, e que poderia ser discutida.

A respeito do Projeto apresentado pelo Brasil sobre o COD, o Peru considera que é uma interessante proposta a de abordar os aspectos jurídicos do sistema de certificação digital, no entanto, consideramos que este aspecto deveria ser definido previamente no Fórum Virtual, com o fim de ver os alcances do aspecto jurídico que propõe em especial o anexo, apresentado pelo Brasil, mais concretamente os Artigos 2º e 3º do Projeto do Brasil. Consideramos que deva haver um debate mais rico no âmbito do Fórum Virtual e alcançar avanços no aspecto técnico, cujo encargo está em mãos da empresa uruguaia.

Em conclusão, consideramos que, infelizmente para o Peru, o Chanceler não irá participar da reunião, portanto serão expedidos os plenos poderes para o Representante Permanente. Isso implica, para nós, um problema, porque para os plenos poderes para o Representante Permanente exige-se uma agenda definida e, deste ponto de vista, temos que definir a agenda hoje. Desejaria poder somar-me ao manifestado pelo Embaixador do Equador, no entanto, agendas muito ambiciosas neste momento somente vão complicar o Conselho de Ministros, vão pôr em dúvida o interesse de nossas Chancelarias de celebrá-lo para o 29. Se os Chanceleres começarem a ver muitos problemas em uma agenda demasiado ambiciosa, penso que o Conselho de Ministros pode fracassar, portanto, insto às Representações a colocar uma visão mais pragmática sobre este tema. Isso é tudo, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Brevemente. Após minha intervenção, houve outra, da parte do Chile, que me pareceu interessante no sentido de, sob um capítulo de crise, enumerar as diferentes medidas que a ALADI está tomando para ajudar nossos países a paliar a crise, e aí se fez menção ao certificado digital, ao CCR, e penso que valeria a pena fazer uma referência, em uma Resolução desta natureza, a um terceiro ponto, porque a ALADI está convocando nos próximos 60 dias uma reunião dos responsáveis das PME's de toda a região, com a intenção, obviamente, de encontrar modos de trabalho em conjunto que ajudem também este mecanismo de crise.

Então, penso que, se incorporarmos este elemento, temos, como diriam as “tres patas”, a do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e as Moedas Locais, a do Certificado de Origem Digital e a de haver convocado as PME's como mecanismo mais animador de comércio para nossos países. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Nossa Representação queria expressar-se sobre este ponto no seguinte sentido: para nós, e não temos que esconder o sol com a peneira, se não fosse pela solicitação de adesão do Panamá e todos os esforços institucionais feitos aqui na ALADI para cumprir os tempos, penso que dificilmente o Conselho de Ministros fosse convocado na data em que está sendo convocado. Então, graças ao Panamá, está sendo feito um esforço para, com o formato que for, com plenos poderes ou como for, estamos convocando um Conselho de Ministros. Então, penso que isso tem um mérito, e nós estamos de acordo com o Embaixador do México no sentido de que essa razão já é um motivo para que esta Associação celebre que um país da região veja na ALADI um espaço para integrar-se, e estará fazendo-o, porque vê potencialidades e muito mais neste momento em que estamos vivendo.

Então, o Panamá nos permitiu mobilizar-nos e também mobilizar nossas instituições para que façamos o esforço de juntar-nos um ano depois do Conselho de Ministros, com as características que teve em 2008. Gostaríamos de comentá-lo, porque sem isso é mentira que estivéssemos convocando esse Conselho de Ministros pela crise ou pelos Projetos ou pela situação que temos. Nós simplesmente acreditamos que temos que celebrar e augurar com êxito a adesão do Panamá.

O segundo, em termos da agenda ampliada, que em um momento pensou que fosse Assuntos diversos e aí depois, dependendo dos avanços que tiverem os temas, incorporá-los e defini-los melhor, temos que dizer o seguinte: embora seja certo que especificamente algumas Representações, sobretudo o Brasil, estejam fazendo um esforço no caso particular do tema de serviços, nossa reserva, tendo em vista que esse é um tema que nós viemos trazendo desde 2004, permanece, ou seja, a reserva da Venezuela não é uma questão nova, o Brasil está fazendo o esforço, pelo qual o cumprimentamos, porque entendemos que outros países também têm o mesmo interesse.

Nós temos que dizer o seguinte: nós, daqui ao dia 29 de abril, não nos comprometemos, se temos que encerrar a agenda hoje, na qual a Venezuela irá levantar as reservas, pois até o momento não temos nenhuma outra instrução em contrário da Chancelaria Venezuelana.

Podemos continuar fazendo esforços, os Embaixadores falaram e os estamos fazendo, mas, formalmente, seria irresponsável de nossa parte, hoje, quando se está tentando fazer uma precisão de agenda, comprometer-nos nesse sentido.

Também temos que ratificar que, como em outros momentos, também acreditamos que, com o que temos, podemos ir ao Conselho de Ministros, no que temos consenso, mas como isso é uma discussão que também tem suas ponderações, não queremos deixar passar o momento para reiterá-la.

Se houvesse uma decisão ou uma saída como a apresentada pela Colômbia, celebrá-la-íamos com muito prazer, mas não podemos, hoje, comprometer-nos com outra coisa

diferente da que viemos trabalhando. Estamos fazendo o esforço com a Chancelaria, com nosso Ministério de Poder Popular para o Comércio, mas queremos deixar isso claro.

Parece-nos interessante, obviamente, esse critério de unidade manifestado pelo Embaixador Olima. Não teríamos nenhum problema em incorporar na agenda, havendo consenso sobre o tema crise, e nesse formato de unidade, pode-se assinalar, trabalhar nas reflexões que vêm sido feitas até o momento sobre o tema, tendo em vista não ser alheio a nós, assinalando os avanços, os resultados do seminário, a convocatória que está sendo feita sobre as PMEs e algum outro tema que seja considerado.

Sobre o COD, esse é um assunto que nós estamos também fazendo as consultas à Venezuela, acreditamos que há a necessidade de uma instância para discuti-lo, como disse o Peru, no Fórum Virtual, pode ser o Grupo de Trabalho de onde nasce o tema. Como é um tema que acaba de ser posto na Mesa, estamos fazendo as consultas, se chegar o momento, talvez também o possamos incorporar nesse item, como os trabalhos que a Associação está fazendo para contribuir com a melhora do comércio regional, e posicionar-nos com alguns avanços tecnológicos nesta matéria, o que também penso ser possível finalizar com êxito, seja de modo experimental, como está sendo definido nesse Projeto.

E, finalmente, queremos também dizer que celebrariamos, obviamente, que seja dada a este Conselho de Ministros a preponderância atinente a uma reunião de Representantes de Governos, onde estamos fazendo um esforço institucional para dar visibilidade à ALADI, seja pela incorporação de um país, seja para dizer à região e ao mundo que a ALADI está em movimento e não paralisada, e que está de perto fazendo o acompanhamento da situação do impacto da crise em nossos países. Isso é tudo, Presidente, pelo momento.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Ofereço a palavra à Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Muito obrigada, Presidente. Nós gostaríamos de manifestar nosso apoio à agenda apresentada pelo Brasil, ou pode ser também a apresentada pelo Chile. Não temos problema em que se junte tudo aquilo que esteja sendo feito sobre facilitação de comércio, como algo que possa ser visto para paliar os efeitos da crise.

Pensamos que, na verdade, seria melhor para impulsionar ou para a visão tida hoje da ALADI, além das declarações políticas, é mostrar coisas concretas. Declarações políticas, há milhões de Organismos Internacionais que dão sua visão política, mas o que falta hoje para enfrentar esta crise, que cada vez mais vai sendo notada em nossos países, são os atos ou ações concretas que possam ser tomados em âmbitos como este, que realmente é a conjunção, e onde temos uma oportunidade de intercambiar e de apoiar os doze países que a integram. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Sei que o senhor fará uma síntese depois do que foi manifestado, por isso gostaria também de adicionar a voz da Secretaria-Geral para as conclusões que o senhor possa tirar.

Senhores, escutamos opiniões muito importantes, vemos que realmente queremos ter um Conselho importante. As propostas da Argentina e do Chile vão enriquecer, sem dúvida, nosso Conselho, se os senhores conseguirem, se o Comitê conseguisse avançar com este cronograma proposto pelo Chile de que se trabalhe, quinta-feira, sexta-feira e segunda-feira, penso que ainda estamos em condições de chegar a ter um Conselho importante.

Não cabe a menor dúvida, apesar da grande importância que atribuímos e que sabemos ter a incorporação do Panamá, de que uma coisa será o Conselho com o Panamá, mais estes temas que foram propostos agora, se a isso fossem somados os temas pendentes.

Seriam dois Conselhos distintos, mas essa é uma decisão política, uma decisão dos senhores, esta é uma Secretaria técnico-administrativa e não pode incursionar no terreno dos senhores, mas sim pode dizer-lhes o sentimento que temos e o sentimento que a Secretaria tem de que a ALADI deveria poder avançar em temas que temos na pasta há quatro anos. Ainda se tivermos uma excelente reunião e se somarmos estes novos temas sugeridos hoje, e não forem tocados os temas antigos, não faltará o jornalista que nos dirá que foi um fracasso novamente porque não pudemos voltar aos temas que os Ministros, há um ano, encomendaram que resolvêssemos.

Então, penso que chegamos ao ponto sem retorno, ao *point of no return*, no qual a decisão política que os senhores têm é a que vai primar e, repito, penso haver sentido no ambiente, no espírito de todos os senhores, o desejo de avançar. A Secretaria estará como sempre, e mais do que nunca, disposta a ajudá-los no que for necessário para ver se podemos avançar nestes dias, e, caso contrário, senhores, de todas as maneiras teremos, e aqui me somo ao dito pela Representação da Venezuela: se não houvesse sido pelo Panamá, não teríamos reunião. Cumprimentamos, então, calorosamente, que o Panamá tenha decidido integrar-se e nos dê a oportunidade de não somente somar à ALADI um membro tão importante, que, neste momento de crise no mundo, pensa em nós, mas também a oportunidade de convocar nossos Ministros e ver se podemos dar à região uma resposta positiva da ALADI, uma posição positiva da ALADI neste momento. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Duas sugestões somente sobre como poderíamos organizar nossos trabalhos. Amanhã entendo que está estabelecida uma reunião de Alternos para trabalhar sobre a questão da crise, de como fazer um programa de trabalho nosso para a crise, junto com a Secretaria. Penso que o Grupo de Trabalho poderia então reunir-se de uma vez amanhã e talvez já passar alguns insumos ou elementos para que a Secretaria pudesse, desde já, a começar tentar preparar uma versão preliminar do que seria uma Declaração dos Ministros com relação à questão da crise, como faria também, e pedimos à Secretaria, que fizesse um registro dos resultados do Seminário, não? De tal maneira que, quando tivéssemos o Conselho, pudéssemos ter esta versão preliminar antes, discuti-la aqui e tê-la mais ou menos pronta para os Ministros.

Os Alternos poderiam, desde amanhã, começar a trabalhar, penso, a questão da Declaração, não? E de como mitigar ou paliar os impactos da crise.

Pareceu-me uma ótima ideia a questão do fórum virtual pelo sistema de certificação digital. Penso que a Secretaria poderia, desde já, com o Chile, como sempre o fez desde os 5 anos que viemos trabalhando sobre o Sistema de Certificação Digital, mandar um e-mail a todos os países, como de praxe, dizendo que tem a intenção de submeter um Projeto de Resolução, que simplesmente estabeleça a base jurídica para a adoção progressiva, gradual e voluntária do Sistema de Certificação Digital. Isso poderia ser feito desde já, penso eu.

Presidente, última coisa, com relação à questão dos Projetos de Resolução, eu pediria que não fosse incluído isso na agenda, se é que vamos seguir sua orientação, de ter uma

agenda em construção. Penso que há uma vontade legítima de todos, inclusive da Venezuela, de tentar continuar fazendo um esforço para fechar algum Projeto de Resolução sobre serviços. Penso que os Chefes de Representação poderiam trabalhar já, a partir de amanhã ou a partir de depois de amanhã, para ver se conseguem pôr na tela o Projeto de Resolução e trabalhar em um Acordo.

Apenas um ponto mencionado pela Colômbia sobre o Projeto de serviços. O Projeto de serviços não é um acordo sobre serviços, é justo o que foi manifestado pela Embaixadora da Colômbia, um mandato para trabalhar não é um acordo, não define nada sobre serviços, diz que iniciaram o processo de incorporação dos serviços no processo de integração regional, diz que este processo de incorporação será determinado pelos compromissos de cada um dos países, e depois diz: “recomenda-se a conformação de um programa de trabalho” para a ALADI em serviços, isso não é um acordo, é um mandato para trabalhar, por isso é que não penso que deva apresentar problema. Penso, sinceramente, que podemos chegar a um acordo sobre serviços, e é de grande interesse do Brasil e de meu Governo poder chegar a um acordo que seja de nosso interesse. Ter um mandato para trabalhar em serviços, esse é o objetivo do Projeto, e é como está o Projeto agora. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Sintetizando, o primeiro aspecto importantíssimo que deve ser mencionado e penso que está escapando a alguns colegas Embaixadores é ... Perdão, tem a palavra a Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdão, Presidente, mas parece-me de máxima importância, depois de tudo o que escutamos hoje, organizar um pouco o trabalho destes dias, porque resta muito pouco tempo.

Então, penso que a reunião de Alternos de amanhã deva concluir com o texto da versão preliminar do que seria o pronunciamento sobre o tema da crise, e sobre os diferentes elementos que a ALADI tomou para cooperar nesse mecanismo de evitar os resultados negativos da crise.

Digo isto pelo seguinte: porque todos temos claro que esse texto deve ser submetido a nossas capitais, que necessitam de três ou quatro dias no mínimo, porque, além disso, em muitos casos, não é somente um Ministério interveniente, no caso da Argentina, para pronunciar-nos sobre este tema, além disso devo recordar que há uma série de reuniões que vem se pronunciando sobre o tema, desde o MERCOSUL, a UNASUL; o G20, etc., das quais muitos ou alguns de nossos países participam, e não podemos ter declarações contraditórias, obviamente, então, isso implica consultar uma série de Organismos, de tal maneira que eu diria que o *dead line* para ter o texto sobre o tema crise e as medidas que a ALADI está adotando é amanhã, estamos na quinta-feira, isto é, amanhã mandamos o texto e estamos a uma semana útil da reunião do Conselho de Ministros.

Esta tarefa, para mim, não tem que, de nenhuma maneira, ser feita pela Secretaria, porque é uma Declaração de caráter político, na qual colocamos muitas coisas em jogo para que seja uma responsabilidade somente da Secretaria, que dará sua assistência, obviamente.

Eu não me oponho a nenhuma das propostas existentes. O que assinalo é que o tempo não está sendo fácil de manejar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Retomando, o ponto é que devemos ter todos presentes o que nos disse o Peru. Ou seja, temos que ter uma agenda claríssima hoje,

porque impossível que, em um Conselho de Ministros, se não está presente a agenda, e o Peru não tem o mandato para tentar aprovar simplesmente algo, será praticamente impossível.

Portanto, hoje temos que ter pronta a agenda, de tal forma que fiz uma estruturação mais ou menos ordenada dos pontos da agenda. Proponho que vamos discutindo um por um, e vamos aprovando. Penso que o ponto número 1, o caso Panamá, está fora de discussão, todos estamos de acordo, simplesmente dependemos, aí sim, e isto é uma realidade, das gestões que sejam levadas adiante e que sejam cumpridos os procedimentos que permitam, legalmente, aprovar essa Resolução de incorporação do Panamá, porque se terminam com essas negociações com os PMDERs, enfim, eu não sei se há algum tipo de impedimento, a Secretaria terá que tomar a responsabilidade, não é certo? De garantir a aprovação desta Resolução, mas isto está fora de discussão.

O segundo ponto de agenda, obviamente, o mais importante talvez: este Conselho, eu me atrevera a chamá-lo Conselho de Ministros para aprofundar a integração como resposta frente à crise, porque é basicamente o que estamos buscando, para condução mediática, na qual a incorporação do Panamá é parte desse fortalecimento. Teríamos que pensar em uma Resolução ou uma Declaração dos senhores Ministros a respeito do tema da crise, como sugerido por vários Embaixadores.

Nesse sentido, a proposta da Presidência é que deveria ser quase como um mandato, como um tipo de agenda, um mandato ao Comitê e à ALADI para ver quais temas têm que ser trabalhados como medidas de resposta frente à crise que os Ministros encomendam ao Comitê trabalhar nessa agenda de pontos específicos, entre os quais, obviamente, poderia figurar também o CCR, o tema das PMEs, enfim, todos os temas que vêm sendo debatidos e que, por sugestão do Brasil e da Argentina, deveriam ser debatidos nos próximos dias, a partir de amanhã mesmo, para poder ter, antes do final da semana, uma versão preliminar do Projeto de Declaração ou de Resolução, temos que ver o formato conveniente, a Secretaria também deveria desempenhar um papel importante nesta redação, para que nos proponham, e nós possamos ter a semana que vem para poder fazer as consultas aos países, coisa que pudesse ser o ponto número 2, a aprovação desta Resolução ou Declaração da ALADI frente à crise, e um tipo de mandato sobre quais tarefas a ALADI se impõe para enfrentar a crise.

Nesse ponto, não sei se todos estão de acordo, a proposta existente é que isto seja encomendado aos Alternos, para que eles façam esta proposta, entreguem-na e que trabalhem amanhã e depois para que possamos ter na segunda-feira um Projeto para submeter a nossos países, a nossas autoridades. Essa seria a proposta que está em Mesa. Nesse grupo, poríamos os temas dos resultados do seminário das PMEs proposto pelo Equador a respeito das várias medidas, enfim, que certamente serão vertidas no âmbito deste Grupo. Havendo acordo em relação a isso, poderíamos instruir os Alternos, como Comitê, para a realização desta tarefa. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Somente uma pergunta. Isso seria um documento parcial, porque estaria faltando o insumo que representaria o resultado do Seminário.

Ou seja, é um documento que enviaríamos às capitais, mas parcial, porque devemos incorporar o que for resolvido, e como adendo a isso, porque é parte substancial do documento, porque seria uma contribuição para o Conselho de Ministros e para todo o processo.

Outra pergunta que gostaria de fazer em razão da real estipulação da agenda: existe a vontade de examinar e tentar incorporar os Projetos ...

PRESIDENTE. Veremos isso agora.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Exato.

PRESIDENTE. Agora bem, vamos ponto por ponto na agenda. O ponto número 2, então, a Declaração ou Resolução, o que definirem os Alternos a respeito do tema da crise, obviamente, com essa seqüência mencionada pela Embaixadora de Cuba, primeiro podemos debater todas essas medidas entre quinta-feira e sexta-feira, e posteriormente o seminário, enquanto isso estiver em consulta, pode-se debater mais algum adendo que seria inserido a respeito dos resultados do Seminário do CCR.

Se todos estivessem de acordo, mandaríamos aos Alternos realizar esta tarefa, com o prazo de sexta-feira, para que na segunda-feira tenhamos o documento.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Presidente, talvez pela pressa de tudo isso, gostaria de perguntar à Embaixadora da Colômbia se não poderia postergar a Comissão de Orçamento por Programas que está programada para amanhã de tarde, e utilizar todo o dia da manhã de quinta-feira para isto, e na sexta-feira começar a tratar inclusive o Projeto de Resolução na manhã, fazer uma agenda contínua, digamos. Ponhamos horário de trabalho e seguimos, primeiro tema será isto e agora seguimos com o que o senhor vinha falando dos Projetos de Resolução.

PRESIDENTE. Antes de dar a palavra, seria precisamente o trabalho de quinta-feira e sexta-feira que teríamos que priorizar, obviamente, e suspender algumas atividades. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Para complicar as coisas, no sentido positivo, os panamenhos chegam na quinta-feira, e na sexta-feira temos uma sessão do Grupo de Trabalho a partir das 10 horas, e é muito importante justamente para, como o senhor dizia, estar tudo pronto para o processo de plena incorporação. Isto complica a agenda que temos de trabalho.

Quero manifestar que, sim, é necessário ver os panamenhos, requer um pouco de tempo, etc., na sexta-feira pela manhã, a partir das 10 horas, há uma reunião importante e longa com os colegas do Panamá. Obrigado.

PRESIDENTE. Complica efetivamente, de forma positiva. Ofereço a palavra à Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Para responder que entendo exatamente a prioridade que temos, e, com prazer, convido a que repensemos esta Comissão, que também é importante, mas que, neste momento, pode esperar um pouco mais.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Ofereço a palavra ao Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). O senhor disse, de passagem, que os Alternos vão decidir se a forma será de Projeto de Resolução ou de outro tipo. Eu

diria que decidamos aqui. Nós estamos inclinados a que seja um Projeto de Resolução sobre a crise.

PRESIDENTE. De acordo. Obrigado, Embaixador. Está em Mesa a proposta, porque estamos discutindo este segundo ponto de agenda para que o terminemos. A proposta seria emitir um Projeto de Resolução no qual são estabelecidas as tarefas ao Comitê, para, em função do discutido e do aprovado, enfrentar a crise. Um Projeto que seria uma combinação entre Declaração com tarefas específicas, um tipo de mandato, um tipo de Resolução.

Penso que todos estaríamos de acordo pela importância do tema, que seria relevante dar esse sinal e aprovar um Projeto de Resolução nesse sentido. Não havendo objeções, então estaríamos aprovando o ponto número dois da agenda.

O ponto número três é o tema da Certificação de Origem. A proposta da Presidência é de que este é um tema que pode ficar por si mesmo, ou seja, é um tema muito importante, porque é mais estrutural, isto não faz somente a crise, mas sim é um tema que fica para a ALADI permanente, como um tema de um aprofundamento no processo de integração, portanto, deveríamos, como dizia, penso que o Embaixador do Brasil, dar-lhe toda a relevância possível e a visibilidade necessária.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Ninguém duvida da importância do COD, que viemos trabalhando ao longo dos anos, mas na verdade não penso que isto se insira dentro das reações frente à crise porque facilita o comércio. O próprio CCR facilita o comércio e, com franqueza, penso ser muitíssimo mais importante o CCR, se conseguirmos revitalizá-lo, do que o COD, porque os fatos assim o demonstraram historicamente. De tal maneira que o COD deve estar dentro do ponto 2. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). É absolutamente verdade que o CCR e o uso de moedas locais, mas isso eu não via sempre como dentro de um âmbito de uma Declaração vigorosa -como manifestou o México- dos Ministros, e, com ideias concretas, não sei se um Projeto de Resolução diminui um pouco. Uma Declaração dos Ministros que seja *action oriented*, orientada à ação, teria mais efeito para a questão da crise, e inclusive para a questão do CCR e para moedas locais. Penso que sempre dei toda a importância e a prioridade possível para o CCR.

A questão da certificação digital é uma questão, como o senhor mesmo disse, estrutural, para dar uma base jurídica. Lembro-me somente da questão das PMEs, que o Embaixador da Argentina recordou, e penso que também poderia, de repente, incluir aqui a certificação digital, mas isto como facilitação do comércio. Alguém falou disso e é importante: é um instrumento de facilitação do comércio, que poderia ser objeto de um tema específico, esta é minha opinião. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Há duas opiniões aqui: Declaração ou Resolução. A Presidência opina que a Declaração pode ficar em um âmbito declarativo e as Resoluções significam acordos dos países para que, em função do que for debatido e do que pudermos acordar nos Alternos, quais ações concretas estamos acordando, e que já se enquadram em um ato resolutivo. Isto é, mais do que uma Declaração, por isso era um

pouco a sugestão da Presidência, mas está aberto o debate entre Resolução ou Declaração, que é a primeira coisa que devemos resolver para este tema, e, ao mesmo tempo, porque isto nos retrocede ao ponto 2 que já havíamos superado, e voltamos a abri-lo para saber se fazemos Resolução ou Declaração e debatemos também o fato de, se a certificação de origem é parte das medidas que estamos assumindo para enfrentar a crise ou se o apresentamos por si só, como um tema à parte, como um tema diferente e estrutural.

Oferecemos a palavra às Representações. Por favor, a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. No debate referente à Declaração ou à Resolução, penso que elas são totalmente complementares, não são opostas, para o jornalista se entrega a Declaração e depois, com forma de implementá-lo, alguma será com Resoluções ou não, mas não tem porque ser um ou outro, e sobre o tema anterior, penso que o guarda-chuva tem que ter medidas e ferramentas oferecidas pela ALADI para paliar a crise, e aí se colocam todas, porque isso é o que fortalece: qual é o valor agregado que a ALADI tem hoje em dia na crise, por que é importante que a ALADI exista? Penso que esse é o tema e aí pendemos tudo, ou seja, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, o COD e isso vai tudo em uma Declaração forte para que seja distribuída aos jornalistas, que chegue a todo o mundo e depois para a FIESP, se for necessário um Projeto de Resolução mais forte, prepara-se nessa linha, e perguntaria à Secretaria, não é indispensável, não é necessário, o mandato do COD está dado, está muito claro, todos os esquemas, os passos foram sendo cumprindo e se encerrou a etapa de acordo a este programa.

E assim podemos seguir, mas penso que as duas coisas são necessárias e que, talvez, resolvamos amanhã o necessário, que haja um Projeto de Resolução, vemos na reunião competente, mas a base, o que devemos eleger primeiro, é trabalhar a Declaração e os Projetos funcionais para cada uma destas Declarações. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Representante do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. No mesmo sentido do Chile e do Brasil, penso que terá maior impacto uma Declaração do que uma Resolução concreta do Conselho de Ministros. Amanhã a reunião de Alternos poderia definir mais concretamente o tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Estou totalmente de acordo com o Peru e com o Chile. Penso que os Alternos podem discutir isso amanhã, de todas as maneiras, eu não vejo, sinceramente, de que forma todas as reuniões que houve para dar tratamento à crise não se chega a Projeto de Resolução sobre crise, chega-se a uma Declaração, mesmo que a Declaração possa sugerir ações concretas, e encomendar, dar mandato para trabalhar.

Um, não cabe aos Ministros fazer um Projeto de Resolução sobre temas da crise financeira. Dois, não penso também que deva ser objeto de um Projeto de Resolução a questão do CCR ou moedas locais, sobretudo porque isso não cabe a nós. Eu, se fosse o Representante do Banco Central e do Ministério da Fazenda, e viesse para cá sabendo que os Ministros vão fazer um Projeto de Resolução sobre aquilo que vou discutir, eu não discutiria mais nada nem viria mais ao Seminário. É um Seminário, não cabe aos Ministros estar tomando Resoluções sobre os resultados do Seminário, e sim encaminhar,

reconhecer, registrar e transmitir isso ao Conselho de Assuntos Financeiros e Monetários. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Sendo operativo, digo: se o Representante da Bolívia está hoje à tarde, por que não começamos a reunião de Alternos hoje mesmo, e não amanhã? Estamos limitados de tempo, então, esta tarde mesmo, se possível.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Penso que o Representante da Argentina tem razão, se estamos limitados de tempo, penso que quanto antes iniciarmos, melhor, e se for esta tarde, melhor ainda.

Com respeito ao debate que estamos tendo sobre Declaração ou Resolução, nós entendemos que uma Declaração tem um tom político muito mais profundo do que uma Resolução, e isso não obsta que, na Declaração dos Ministros, possa-se mandar a quem quiserem, inclusive ao Comitê, realizar trabalhos ou tarefas que eles entendam que este Comitê possa fazer ou que a Secretaria possa fazer.

Então, para nós, é muito mais visível, não somente politicamente, mas também junto à opinião pública, que os Ministros, como Representantes políticos, façam uma Declaração desse caráter político. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Nossa Representação também vê como a melhor fórmula uma Declaração política, agrupando todos os elementos, como o aporte da ALADI ao tema da crise. O enfoque que a ALADI dá e os aportes concretos.

Agora, vendo a celeridade e a vontade que todos têm de trabalhar, inclusive desde hoje, e conscientes também do manifestado pelo Peru, que não será somente o Peru talvez quem tenha que solicitar os plenos poderes para sua Representante Permanente, ou seja, há a necessidade de deixar estabelecida a agenda, mas até quando podemos fazer isso? Porque estamos estabelecendo desde hoje, e estão ficando de fora os outros Projetos de Resolução, nos quais viemos trabalhando, e nos que hoje há um grupo de variantes aqui que, além do manifestado pela Venezuela, que até agora não tem uma resposta da Chancelaria, mas, bem, não tratar, a partir dessa vontade que existe e as variantes que vimos hoje aqui, de tratamento dos temas, dos diferentes Projetos, e o interesse em que esses Projetos também sejam um componente do Conselho de Ministros, além de ser, por si, importante somente com a adesão do Panamá, mas se dermos essa contribuição, obviamente será um *plus* valiosíssimo, nisso todos estamos de acordo, em tentar não deixar fixada hoje uma agenda, além do fato de encontrarmos consenso no que o senhor está resumindo, Presidente, mas tentar ver qual é o limite mínimo no qual podemos continuar trabalhando, para que possamos dar a agenda definitiva a nossos Governos para que os países que tenham que dar os Plenos Poderes possam fazê-lo.

Ou seja, parece-me que se tentarmos não fechá-la hoje, com esta vontade que temos de trabalhar hoje à tarde, ver com o Peru. Se não for hoje exatamente o dia em que se encerrar isso, e se pudermos esperar, talvez até segunda-feira, para poder dar os

elementos e contar com esses dias, que são muito valiosos, para poder tentar incluir os Projetos de Resolução.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Agradeço aos Embaixadores, esta Presidência aprende cada dia um pouco mais, então penso que todos estamos de acordo com a Declaração.

Ou seja, estamos aprovando que os Alternos comecem a trabalhar esta tarde com o mandato de preparar a Declaração, que será submetida aos países. Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Presidente, para esclarecer. Trabalhando hoje à tarde, tendo em vista a intervenção feita pelo Embaixador brasileiro, enquanto não estiver claro na agenda o tema serviços, não incorporar os Projetos de Resolução, penso que antes disso, no dia de hoje, comecemos com serviços.

PRESIDENTE. Não, perdão, estamos falando de coisas diferentes. Estamos falando das medidas e da análise sobre a crise. Os Projetos são outra coisa, que vamos tratar no seguinte ponto.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Por isso mesmo, o tema sobre a crise, acredito, que pode ser posto na agenda ...

PRESIDENTE. Queremos encerrar esse ponto primeiro, e depois vamos tocar o tema dos Projetos de Resolução pendentes.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Sim, ao que vou, Embaixador, é que simplesmente tratemos esse tema agora, mas é o tema que deveríamos convocar para hoje à tarde.

PRESIDENTE. Vejamos, estamos tratando a agenda neste momento, e a dividimos nos seguintes pontos: falamos do Panamá, estamos falando da decisão ou da Declaração e dos temas que devem constar na Declaração sobre o tema da crise, quando decidimos incluir o tema de certificação de origem e que, na medida em que alguns destes temas que surgiram da reunião desta tarde e de amanhã pudessem requerer alguma Resolução, para implementar o tema de origem ou alguns outros temas, e esses seriam apresentados até segunda-feira, já saberíamos quais seriam esses Projetos de Resolução para estes temas específicos que pudessem surgir desta reunião de Alternos sobre o tema da crise.

Como terceiro ponto, vamos falar sobre o tema das Resoluções pendentes, se é que ingressam ou não, e de que maneira ingressam, o que inclui o tema de serviços, então, primeiro, terminemos de limitar o segundo ponto sobre o tema da Declaração e da reunião dos Alternos. Se todos estivermos de acordo, estabelecemos que um formato inicialmente de Declaração, que deve ser preparada pelos Alternos, que se daí saírem alguns Projetos de Resolução, como o senhor mesmo sugeriu, seriam incluídos em função da necessidade para consultas nas capitais, e poder ter uma solução antes do Conselho de Ministros. Nesse tema estamos todos de acordo? Consulto os colegas.

Havendo acordo, fica estabelecida a reunião de Alternos a partir desta tarde, 15h30m.

O terceiro ponto, então, que fica muito claro de todas as intervenções sobre o tema das Resoluções pendentes, pelo que vivemos esta manhã com os jornalistas sobre suas inquietudes, e que é uma pedra no sapato deste Comitê, do Conselho de Ministros, que

deixou essa sensação mencionada pelos jornalistas, não? E que, na seguinte reunião de Ministros, irão voltar a apresentar o tema, e cobrar outra vez, isto é, se foi resolvida ou não a questão. Portanto, várias intervenções foram no sentido de fazer todos os esforços possíveis para retirar esta pedra do sapato, que deveria ser fundamental, porque como ocorreu com a UNASUL em sua constituição, a manchete do jornal dizia que os países fracassaram em constituir o Comitê de Defesa, porque não foi possível constituí-lo nessa reunião ao mesmo tempo; e a notícia publicada não era da constituição da União das Nações Sul-Americanas, que é um tema muito importante, mas sim que fracassaram porque não constituíram o Comitê de Defesa. Posteriormente, há pouco, foi constituído o Comitê de Defesa, e nem sequer saiu na imprensa.

Às vezes uma coisa obscurece a outra, e neste caso é possível que aconteça a mesma coisa, isto é, os Ministros se reuniram outra vez e não puderam aprovar as Resoluções que voltam à ALADI. Poderia ocorrer, eu apresento isso como uma preocupação, obviamente, essa impressão, e, além disso, como diziam alguns Embaixadores, é uma responsabilidade nossa também de aprofundar a integração e de aprovar essas Resoluções que nos abrem as portas para introduzir o tema social e um monte de temas importantíssimos, não?

De tal forma que acredito que todas as intervenções escutadas coincidem no sentido de aprovar isto, mas, para fazê-lo, para sermos práticos, a Venezuela já apresentou sua reserva e não nos garante que possa retirá-la até o dia 29, e essa é a realidade. Em nosso caso, a Bolívia, também temos uma reserva, eu sou responsável pelo tema, então poderia dar um pouco mais de garantias, mas também não posso, pois são requeridas consultas presidenciais, enfim.

De tal forma que não temos uma garantia de que até o dia 29 o tema de serviços seja resolvido, essa é a realidade que temos hoje, portanto, temos que tomar uma decisão, e aqui há duas opções: uma delas seria de aprovar as outras Resoluções, como sugerido pelo Equador e outros países, não? E deixar mandatado na Declaração, não sei, que se continue trabalhando no tema de serviços para debater de que forma o tema ingressa ao seio da ALADI.

Essa é uma opção. A outra opção é simplesmente não pôr o tema de Resoluções na agenda, mas devo lhes advertir que, pelo que vi hoje na reunião com os jornalistas, isto terá um custo na opinião pública. Obviamente que esse custo é para a ALADI, porque a ALADI volta a fracassar, não pode consolidar este tema das Resoluções. Isso é o que estaríamos debatendo neste terceiro ponto da agenda, que é sobre o tema das Resoluções.

Está aberto o debate. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Duas curtíssimas reflexões. Uma, não tenho a menor dúvida de que se o tema das Resoluções não estiver na agenda, a manchete será “fracasso da reunião da ALADI”. Então, a questão das Resoluções, se quisermos dar transcendência a esta Instituição e quisermos apagar a imagem do último Conselho de Ministros, tem que constar na agenda. Não tenho a menor dúvida sobre isso.

Mas também não tenho a menor dúvida de outra coisa, Presidente, o jornalismo sabe por que fracassou a reunião passada, não é que não o saiba, não é que nós podemos nos fazer de distraídos e dizer que deixamos serviços de lado e aprovamos as outras Resoluções, e foi um sucesso. Se aprovarmos as outras Resoluções, e não aprovarmos serviços, não falarmos nada sobre serviços, vão dizer que a ALADI fracassou, não pôde alcançar um acordo sobre um tema desta natureza.

Com isto quero dizer, Presidente, além das ambições existentes sobre o tema serviços, penso que não podemos deixá-lo cair. E quando digo deixá-lo cair, faço-o por razões políticas. Não podemos deixá-lo cair por razões de prestígio da Instituição. Coloquem o que os senhores quiserem, serviços não serve para nada, serviços serve para muito, que devemos analisar serviços, que devemos deixar de analisá-lo, o que os senhores quiserem, mas o que quero dizer é que não é possível deixar cair serviços e colocar as outras Resoluções, porque o fracasso será igual. Em uma palavra: ou colocamos todas as Resoluções, com serviços incluída, dizendo algo, o que for possível dizer. Penso, inclusive, pessoalmente o seguinte: suponhamos que, por qualquer razão, a Venezuela não possa pronunciar-se. Acredito ser preferível que apareça uma Resolução de serviços onde fique pendente a reserva da Venezuela, a que não se toque no tema, porque isso significa que um país, não importa se é a Venezuela, o Japão ou quem seja, consegue paralisar a ALADI, e isso não é um bom sinal político para ninguém, de que qualquer país, seja o México, Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia, consiga paralisar a ALADI, ainda mais em tempos de crise, quando dizemos que o que deve ser feito como resultado da crise é fortalecer a integração.

Presidente, todo o mundo sabe que a Argentina teve, neste tema, uma posição absolutamente flexível. Nós não temos nenhum drama com que serviços seja ou não incorporado. O que estou dizendo aqui é que, do ponto de vista político desta Instituição, o tema das Resoluções tem que estar incorporado, e não pode estar omissa o tema de serviços. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Ofereço a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Bem, adiantamos o debate, e me ocorre que – sempre gostei da proposta da Colômbia-, por não haver uma definição, estamos focalizando a Venezuela, que se pronunciou, mas lembro que a Bolívia também tem uma reserva. Perguntou, no mesmo tom em que sabemos que foi evoluindo o texto do Projeto de Resolução de serviços, se não poderia ser incorporada a Declaração política que estamos visualizando, que é, digamos, o documento quase central, além da adesão do Panamá, é um documento que visualizamos como central no Conselho de Ministros, de colocar o enfoque sobre serviços junto a todo o trabalho que se propõe fazer, etc., porque não há um consenso, mas há um trabalho, visualizá-lo nos termos que estão sendo apresentados, nesta nova formulação proposta pelo Brasil, e que vem trabalhando com a Bolívia e com a Venezuela, nessa Declaração, ou seja, serviços unidos aos passos que a ALADI vem dando em razão da crise. Ou seja, não convertê-lo na essência, que vá descrito nessa Declaração política que a ALADI fará, mas não converter em um Projeto de Resolução. Uma variante que proponho. E aprovar o resto dos Projetos de Resolução, uma variante que corresponde também ao perfil do que foi apresentado pela Colômbia. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Ofereço a palavra à Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Minha Representação quer apoiar as palavras do Embaixador Olima. Penso ser a primeira vez que falamos a sério de um tema que interessa a todos nós, de alguma maneira, que é o tema de serviços.

A Representação do Paraguai entende que, ainda sem serviços, é sumamente importante que tenhamos aprovados esse grupo de Projetos que já foi consensuado no Comitê. Não obstante, penso também que temos que fazer o esforço para buscar algum

tipo de alternativa para o tema serviços, e acredito que tanto a proposta da Colômbia como a de Cuba são bastante interessantes, e que devem ser analisadas. Não sei se neste Comitê ou se, como disse hoje o Embaixador do Brasil, buscar uma reunião de Chefes de Representação na qual vejamos as alternativas para tratar o tema serviços, e se pudermos encontrar alguma solução para levar ao Conselho sobre este tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Paraguai. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Em minha primeira intervenção disse que o Chile tinha alguma alternativa para o tema serviços, talvez tenha chegado o momento de assinalá-la, porque já estamos no tema. O Embaixador Olima deixou a bola pronta para marcar o gol, ou seja, o Projeto de Resolução em jogo hoje, que poderia ser assinado por alguns, não serve, por mais bonito que seja, mas se todos não estão de acordo, não é nada.

E, nesse cenário, a proposta de meu país é que tenhamos uma Resolução não com mandato de negociação, que liberaliza o setor serviços, mas sim um mandato da criação de um Grupo de Trabalho que trate sobre o comércio de serviços. Hoje em dia existe um grupo de Novos temas, onde um dos tantos temas é serviços, não havendo, portanto, um grupo específico de serviços, e é sobre o que teríamos que trabalhar a nível dos Chefes de Representação ou a nível de Alternos: os termos de referência, os objetivos desse Grupo, intercâmbio de informações estatística, cooperação, que seja a base. É um pouco a ideia apresentada pela Embaixadora da Colômbia, essa seria a base, a forma de continuar, que o tema esteja aí, visível, não nos fizemos de tontos, consta o tema serviços, respondemos ao mandato dos Ministros. Hoje não há cenário para negociar serviços, os que tiveram o cenário negociaram bilateralmente. Também podemos assinalá-lo, mas é dar a forma para que este tema continue, e depois se iria avaliando, como se dá em qualquer Grupo de Trabalho, quando o tema amadurece se dará um mandato de negociação como queremos dar aos outros temas. Essa é a proposta concreta que o Chile queria propor. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, obrigado. Sobre a questão das Resoluções, penso, inclusive, que poderia ser posta na agenda, porque todos sabemos o que aconteceu no último Conselho de Ministros, por uma ou duas Resoluções a Reunião foi perdida. Acredito que poderíamos, inclusive, pôr, explicitamente, na agenda de trabalho dos Ministros, as Resoluções, cada uma delas. Acredito que teria um efeito muito maior.

Sobre a questão de serviços, relembro somente uma coisa: a Resolução 59 (XIII) foi aprovada por consenso, com a reserva da Venezuela, ou seja, a Venezuela terá sempre a proteção se os esforços que fizermos para tentar concluir o Projeto de Resolução sobre Serviços não chegarem a nenhum êxito, a Venezuela pode manter a reserva sobre o Projeto de Resolução de serviços, e todo nosso plano de ação, que tivemos desde 2004, foi feito sobre uma Resolução aprovada por consenso pelos Ministros com a reserva da Venezuela, ou seja, a Venezuela sempre manteve sua reserva e pronto, e sempre manteve o posicionamento que, se quiserem seguir adiante com serviços, perfeito, nós manteremos a reserva, então, está é a proteção. Para a Venezuela, penso que não haverá problemas.

Então, podemos aprovar por consenso o conjunto de Resoluções e se em uma ou duas reuniões que nós, Chefes de Representação, tivermos para tentar solucionar as

dúvidas e resolver os problemas, não chegarmos a nenhum êxito, a Venezuela ou outro país manterá suas reservas sobre o Projeto de Resolução, mas aprovaremos por consenso. O que eu gostaria de evitar, Presidente, e sempre disse aqui, era votar algo. Se podemos aprová-lo por consenso, com a reserva da Venezuela, não há problema nenhum.

E um pequeno ponto, apenas, Presidente...

PRESIDENTE. Representações da Venezuela e da Bolívia.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Eu disse, qualquer país que se opuser à Resolução.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Escutando um pouco todas as intervenções anteriores, queremos reiterar que estamos totalmente em desacordo de que a Venezuela seja responsabilizada pela paralisação da agenda da ALADI, porque a Venezuela não levantou a reserva de nenhum tema nesta Associação.

Aqui manifestamos “n” vezes: os países que quiserem trabalhar o tema têm a liberdade de fazê-lo, bilateralmente, ou no formato que quiserem. Dissemos, está em Atas, então, parece-nos realmente um desatino, porque hoje é a Venezuela e amanhã pode ser qualquer país, no mesmo sentido que disse o Embaixador do Brasil, expressar e que fique aqui apresentado o sentimento de outro país de que Venezuela é a responsável de que a ALADI esteja paralisada.

Sempre o dissemos. Trazemos esta reserva desde 2004, é um tema que não foi priorizado em nenhuma instância da ALADI da qual fizemos convocatória, é um tema que saiu do nada, nem sequer o Grupo de Trabalho de Novos Temas, de onde vem serviços, chegou a uma Resolução. Dissemos em todos os cenários nos quais estivemos presentes na ALADI que nós não temos problemas em ir a um Conselho de Ministros com o Projeto de Resolução de serviços, de consenso com os países, e nós reiteramos as reservas no Conselho de Ministros, dissemos isso “n”.

Celebramos que hoje o Embaixador do Brasil considere isso como uma possibilidade, dissemos isso “n” vezes, e os que aqui acompanharam a discussão têm isso claro. Então, para nós, que se queira resolver por alguma outra via alternativa, como disse a Embaixadora da Colômbia ou o que acaba de ser dito pelo Chile, não estamos fechados a discuti-la. O que dissemos é que o único que temos hoje para tomar uma decisão e assumir uma postura de país é um Projeto de Resolução que, certamente, não é o que tem o conjunto das Delegações em consulta, fazendo um ou outro esforço.

Então, esse é outro tema que também deve ser revisto aqui, ou seja, agora, pensando nos dias que faltam, se ainda se quer insistir esforço no Projeto de Resolução que nós estamos consultando agora na Venezuela, pelo esforço que fizeram alguns países na pessoa do Embaixador Arslanian, não é o Projeto de Resolução que tem o resto das Delegações, isso também pode complicar em um momento que nós decidamos que amanhã retiramos as reservas, será um Projeto diferente que as Capitais têm que rever, Mas reiteramos, não aceitamos que definam que a Venezuela esteja paralisando a ALADI, sempre o dissemos e viemos dizendo, todos os países podem assumir as responsabilidades de fazer as negociações com qualquer tema, agora, no caso de serviços, podemos ir ao Conselho de Ministros, à votação, e a Venezuela manterá sua posição

soberanamente, como sempre disse e fez, e celebramos a possibilidade de que se quer insistir nisso, nós não temos problema. Queremos que haja uma postura soberana de país, que mantivemos coerentemente em todos os cenários, no MERCOSUL, onde estivemos, e na ALADI.

Então, queria deixar, neste momento, isso em aberto, e se a decisão for que com o Projeto que seja se vá ao Conselho de Ministros, nesta oportunidade, mais todas as Resoluções, se é o Projeto, qual seja dos que já trabalhamos, podemos fazer as reservas como sempre, como fizemos em 2004 e nada aconteceu, e os países podem continuar trabalhando, não se trata de um acordo regional, é apenas uma Resolução.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente.

Na verdade, não desejava chegar a definições muito categóricas nesta reunião, senhor Presidente. Minha Representação tem instruções de não acompanhar nenhuma das Resoluções se não forem incluídos os temas serviços. Ou seja, não acompanharemos o conjunto de Resoluções se o Projeto de serviços não estiver incluído no conjunto.

Nós respeitamos as decisões soberanas dos Estados, cada Estado define os interesses, alcances e metas que quer impor-se a respeito de cada tema, no entanto, nós também temos a mesma faculdade, e, sob esse critério, consideramos que um acordo de alcance regional no tema serviços é prioritário para a região. Se estamos falando de um esforço de constituir um Espaço de Livre Comércio onde os temas definidos nesta Sala, se apareceram ou não no momento indicado, não sei, isso já é matéria de outra discussão, é parte de um conjunto que foi visualizado assim.

Consideramos que não proceder avançando na aprovação de um Projeto de Resolução, que é prioritário para a região porque é uma realidade, uma realidade em todos nossos países, é um retrocesso, e, portanto, já não nos vemos comprometidos a seguir apoiando um esforço que desafortunadamente se pode perder.

Agora, a Representação do Peru está disposta a ver alternativas, nós não queremos encerrar o tema agora, penso que não é conveniente encerrá-lo, mas quero deixar explícita a posição do Peru sobre este ponto. Mencionaram-se maneiras alternativas que impliquem não aprovar, aprovar fracionadamente, e nós não estamos a favor disso. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, perdão por insistir um pouco mais nisso, mas há vontade de continuar tentando chegar a um acordo sobre o Projetos de Serviços.

Poderíamos ter uma primeira reunião de Chefes de Representação, talvez amanhã mesmo, a qualquer hora eu estou disponível, quando poderíamos discutir o texto. O próprio Peru disse que está disposto a ver alternativas, penso que a Venezuela demonstrou boa vontade de trabalhar e tentar ver se podemos chegar a um acordo.

Se não chegarmos, Presidente, aprovamos o Projeto de Resolução, como aprovamos na Resolução 59 (XIII) em consenso, com a reserva daqueles países que não estiverem

dispostos a acompanhar a Resolução, mas o que temos que garantir, Presidente, isso sim é importante, que durante o Conselho a reserva não seja invocada para quebrar o consenso. Isso é o que não pode acontecer, como aconteceu na última vez no Conselho, digamos isso muito abertamente aqui.

Ou seja, os países mantêm suas reservas e pronto, aprova-se por consenso, como é a posição sempre mantida pela Venezuela, e penso que está bem, se não houver acordo em nossa negociação de Chefes de Representação, chegamos ao dia 29 sem acordo sobre serviços, os países que não estão de acordo põem sua reserva aí, por favor, é o mais importante, sem que se quebre o consenso no Conselho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Para a reunião de Chefes de Representação, nós poderíamos esta tarde, mas amanhã não poderíamos, ou seja, teríamos que fazer uma manobra especial. Por outro lado, gostaria de relembrá-lo, Embaixador, com todo carinho, que o Brasil disse no próprio Conselho que não aprovava com reservas, ou não queria vir para aprovar com reservas as Resoluções, então, o tema das reservas, se é apresentado hoje, mas pode ser debatido como parte da fórmula. Sim, Embaixador.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente. Sempre estive contra votar Projetos, mas se é aprovado por consenso, com reservas. A Resolução 59 (XIII) foi aprovada por consenso com reservas. Sempre estive contra a votação, que não é compatível com os objetivos que temos de integração.

PRESIDENTE. Muito bem, Embaixador. A Venezuela nos esclareceu sua posição a respeito, o Brasil também, no caso da Bolívia, e me permito falar como país agora, nós também mantemos a reserva, no mesmo sentido manifestado pela Venezuela, se a resolução é aprovada, e está presente a reserva da Bolívia aí, também não temos nenhum inconveniente, Embaixador. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Muito brevemente, penso ser desnecessário, mas vou esclarecer de todas as maneiras. Eu não disse, em nenhum momento, digo pela reação da Representação da Venezuela, que a Venezuela fosse a responsável disto. O que eu disse é que o jornalismo vai apresentar as coisas de determinada maneira, e não fica a menor dúvida de que se nós aprovamos as Resoluções, falarão de fracasso, em primeiro lugar, então, que fique claro que eu não estou imputando à Venezuela nenhuma responsabilidade em nada de tudo isto, e que vejo claramente a posição da Venezuela.

Em segundo lugar, sobre a reunião de Chefes de Representação, para ser absolutamente franco, Presidente, isto é, para que uma reunião de Chefes de Representação de todos nós quando temos uma quantidade de países que não tem nada a dizer sobre o tema? Aqui, em todo caso, há dificuldades, por um lado, Venezuela, Bolívia e aparentemente ou parcialmente o Equador, ou de alguma maneira, com o tema de serviços, por outro lado, o Brasil, o Peru e talvez algum outro país que tenha a necessidade de que haja serviços, e, por outro lado, a necessidade política de não mandar um sinal equivocado, o que já foi explicado, não vamos reiterar o que dissemos.

Então, eu diria que se reúnam as quatro ou cinco partes que têm que encontrar uma redação que seja satisfatória, para ver se conseguem encontrar, já fizemos, ao longo de 4 anos, exercícios de redação de Chefes de Representação, Alternos, Grupos de Trabalho, Comitê, Conselho de Ministros, então, qual sentido tem uma nova reunião de Chefes, pelo menos diminuíamos a reunião de Chefes para que sejam mais factíveis as possibilidades de

acordo, porque é mais fácil se falarem cinco do que se falarem doze. É o que gostaria de dizer, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). No princípio quis falar logo depois de quando se manifestou a representante da Venezuela, e decidi não falar porque ela foi bastante explícita, apresentando uma verdade que a Venezuela por tempo tem manifestado, ouvi por 4, 5 e 6 vezes o Embaixador de Venezuela dizer a Venezuela não é obstáculo para que houvesse um acordo, que seja aprovado o que for, e que a Venezuela mantinha sua reserva.

Neste momento, estou de acordo com o manifestado pelo Embaixador da Argentina, não cabe uma reunião de Chefes de Representação, cabe uma reunião de três ou quatro Chefes, os que quiserem estar aí, mas não de todos, poderia ser Bolívia, Venezuela, Brasil, e alguém mais que quiser. Eu, nesta mesma sessão, disse que o tema tinha a ver com o Brasil e com a Venezuela, e agora o Embaixador da Argentina está corroborando fatos, digo isto, já que o Panamá, de uma forma feliz, vai nos unir, seria interessante tratar o problema da crise. A crise, de uma forma positiva, fará com que se trate do tema dos serviços, porque eu teria gostado muito de que, com toda a clareza, o manifestado pelo Brasil agora tivesse sido expresso com muito mais antecedência, e tivéssemos tido uma reunião de Ministros há 6 meses, penso, porque esse é o tema que bloqueou a reunião de Ministros, postergada por um ano, e, graças ao Panamá nos reunimos, do contrário teria seguido bloqueada.

A desgraça é que às vezes as crises, quanto mais profundas são, mais obrigam a tomar decisões, e penso que as crises permitem que nos unamos e enfrentemos os problemas. Bem-vinda a crise neste caso, para mim, a crise da humanidade é uma crise do consumismo, esse é o fundo da crise, temos uma crise e temos que tomar medidas, e lembro a quantidade de vezes do Embaixador Franklin González e, em todo caso, parece-me muito bem que já devemos levar todas as Resoluções, as quatro que já estão aprovadas mais a que temos, que não deve ser modificada...

PRESIDENTE. São sete as aprovadas.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Mas me refiro ao tema de serviços, esse documento não deve ser alterado, devemos levá-lo, se não houver um acordo nestes dias. Esse é o que devemos levar, para que vejam os Representantes de nossos países, Ministros ou não, o que fazem com esse documento, se não for aprovado, mas acredito que é um avanço muito grande o que ouvimos, que o Brasil aceite que sejam levados documentos já aprovados e que seja feito um esforço extraordinário para ver se sai algo fora do concebido até este momento, e essa é a nossa posição, que, com esse Projeto de Resolução, o Equador verá o que faz aí soberaneamente, e nunca foi um obstáculo para nós opinar, o Equador tem em sua Constituição uma referência direta sobre os serviços, colocando limites aos Governos do Equador para ver quais textos são aprovados.

Então, o Representante que vier agir de forma coerente com o disposto por nossa Constituição da política do Governo nesse instante, mas não tem problema em pronunciar-se neste instante, adianta o critério. Estamos a favor de que esse Projeto vá e os outros que forem aprovados, e aí veremos o que acontece. Somente nesse ponto, aprovado ou não, se for aprovado o resto será um grande sucesso, se forem aprovadas todas, seria fora de série, mas penso que devem ir todos os temas, há muito tempo devíamos fazê-lo e, na crise, permite-se enfrentar os problemas reais que temos.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Demos tantas ideias, apresentamos tantas fórmulas. Acredito que já não seja uma questão de redação, realmente não, há posições muito claras e posições às quais se deu, durante o decorrer do tempo, peso específico, respeitando a soberania e a autonomia de cada Nação, de cada país.

Não me sentiria cômoda com que fosse feito um documento ou uma redação sem que fossem feitos esforços prévios de negociação entre nós para chegar a propor algo unificado, porque se vamos fazer a redação hoje, como observo que está a situação, levo em conta que há reservas sobre a Resolução de serviços, e encontrou-se uma aparente solução de que pudéssemos avançar. Mas há um pronunciamento muito enfático e claro de um país que diz: não vamos aprovar nada até tanto não esteja todo incluído.

Então, penso que essa é uma manifestação que também tem uma validade importante, que tem um peso específico e que também gera uma posição na qual não se mantém a visão em conjunto que desejamos ter. De alguma maneira, isso me faz pensar que sem o propormos, não havendo a negociação efetiva, vamos terminar em um Conselho de Ministros que tem dois pontos: a inclusão do Panamá e o pronunciamento sobre a crise econômica. É a verdade. Isto é, todo o demais está sendo afetado.

Com isto, o que quero dizer também é que façamos um chamado à realidade, que não esperemos o que não estamos em capacidade nem em condições de dar. Penso ser essencial a negociação em Chefes ou a negociação dos países que têm especificamente os problemas ou as diferenças e com base nisso alcançar um Conselho de Ministros com o conteúdo que quisemos lhe dar, que é o político, é a inclusão do Panamá, mas as políticas da ALADI voltam a ficar hoje, neste instante, no mesmo estado que no Conselho de Ministros anterior. Não há um meio passo adiante, então, por isso, deve-se voltar a revisar a agenda, não somente se deve ver a redação, mas que a agenda e a redação tenham uma correspondência, porque, além disso, as pessoas de nossos países que vierem com propósitos distintos e com objetivos distintos, de acompanhar uma inclusão de um país amigo e acompanhar-nos a uma Declaração sobre a condução da crise econômica e não seria nada mais. Então, também é certo que, e assim a Colômbia opinou há muito tempo, e a inclusão do Panamá nos abriria uma oportunidade para que fizéssemos um Conselho de Ministros e aproveitássemos os trabalhos feitos, mas não vejo verdadeiramente nenhum ponto intermediário.

E, simplesmente, quero deixar estabelecida minha preocupação de que é melhor que nos propomos os alcances que estamos dispostos a dar à próxima reunião depois da sessão de hoje que tivemos aqui, tendo a melhor vontade de dar muitas alternativas, e parecia mais ou menos que ia se configurando, mas agora o que vejo é que não há avanço algum, e quero deixar essa preocupação de forma clara.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, muito rapidamente, somente sobre a ideia de fazer consultas entre os países mais interessados ou mais diretamente ou fazer em reunião de Chefes de Representação. Meu medo é, como o Comitê me pediu ou aceitou a ideia de que eu mantivesse consultas bilaterais, e houve mudanças, como foi dito, por propostas nossas, das consultas bilaterais e essas mudanças sequer foram submetidos àquele Comitê, meu medo é que amanhã se tivermos uma

reunião entre um grupo pequeno e haja sugestões de alteração no Projeto de Resolução, essas sugestões terão que ser submetidas de alguma maneira aqui no Comitê.

Continuo acreditando que o melhor seria que pudéssemos ter uma reunião de Chefes de Representação, ou mesmo, estava pensando agora, talvez, uma reunião do Comitê hoje à tarde, continuar com os trabalhos de agora e ver se podemos solucionar a questão de serviços hoje à tarde mesmo, e ver se podemos adiantar com um texto que seja aceitável.

Um ponto mais me preocupou, e não posso deixar de mencioná-lo, Presidente, foi o que disse nosso amigo, o Embaixador do Equador, ao afirmar que teriam dificuldade, eu entendo que tenham dificuldades em certos setores como serviços, mas que chegará o momento em que o Representante de Quito viesse aqui e examinasse o tema sobre a base das Resoluções.

Isso é o que devemos evitar, penso que se o Comitê aprova aqui os Projetos de Resolução, mesmo que tenham as reservas, e como disse, não tenho problemas que haja reservas, devemos aprovar essas Resoluções, mesmo com reservas, e não reabri-las e com isso colocar tudo a perder na Reunião do Conselho.

Foi justamente isso o que aconteceu na outra vez, e todos nós lembramos, não? Sobre uma justificação de reserva, quebrou-se o consenso, e, com isso, o Conselho foi um fracasso, como todos nós sabemos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Sim, simplesmente há a proposta de fazer uma pausa, mas o que é certo é que não podemos fazer o que fizemos na vez passada, trazer algo que não esteja totalmente consensuado, para que nossos Ministros venham aprovar, porque aí é onde se correm riscos, onde poderia dar-se uma situação parecida, portanto, temos que assegurar-nos que tudo foi consultado em cada país, que não há nenhum tipo de reservas, etc.

E não é má a ideia de fazer uma pausa e continuar de tarde com a agenda estrita, debater o texto de serviços, para ver se temos a capacidade de encontrar uma fórmula, fazendo um chamado à flexibilidade dos países para fazer a possibilidade de realmente abrir-se ao diálogo, para encontrar uma solução, porque, obviamente, pode ser muito complicado ter, como dizia a Argentina, este Conselho de Ministros sem este tema, e o outro aspecto é que, se não há acordo, e pelo que percebi de alguns países, que têm posições nas quais não poderiam nem sequer acordar um novo texto, nesse caso, não há nada a fazer, ou seja, simplesmente as Resoluções são arquivadas porque não há forma de aprovar isso. Não é muito elegante aprovar Resoluções com reservas, a imprensa também percebe esses temas.

Portanto, está na Mesa a proposta de debater esta tarde o texto, fazendo um intervalo neste momento. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, eu lamento ser tão realista, porque digo, vamos fazer uma reunião esta tarde: o Peru manifesta claramente que se não for o texto que foi tratado, não está em condições de aprovar hoje. O Peru indica que hoje necessita definir a agenda. A Venezuela manifesta que, de nenhuma maneira, está em condições, no dia de hoje, de dar uma resposta final, negociar-se-á outro texto que mandará a Caracas. A Bolívia, por meio de seu Representante, manifesta que também não estaria em condições, porque até tem que fazer consultas presidenciais, então, eu digo: vamos nos reunir esta tarde para alcançar não sei que texto, porque, na verdade, quero ser absolutamente realista, o texto foi descendo em suas ambições, para chegar, como disse o

próprio Embaixador do Brasil, ou a Embaixadora da Colômbia, a uma espécie de mandato, podemos dizer, talvez no texto para que alcancemos um acordo, que o Comitê de Representantes se reunirá para refletir acerca da conveniência de criar um Grupo de Trabalho especial para... já chegamos a um nível de delírio nisto.

Quero dizer o seguinte, Presidente, qual sentido tem a reunião da tarde, se sabemos que a Venezuela não vai se pronunciar, a Bolívia e o Equador também não. Perdão, que o Peru não vai se pronunciar...

PRESIDENTE. Apenas para esclarecer, o objetivo da reunião da tarde é avançar sobre um texto que possa ser submetido a consultas, não é um compromisso de que seja o texto definitivo, mas um possível texto que pudesse ser submetido à consulta sem compromisso de aprovação de nenhum país nesse momento. É a única forma de avançar, porque agora não vejo outra forma de que possamos fazê-lo.

A respeito do conteúdo do texto que o senhor menciona, ele deve abranger o que os países pensam. Se há países que dizem que os demais, se quiserem avançar, avancem com serviços, mas que não tem que ser obrigatório, o texto poderia dizer algo assim.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. No mesmo sentido da Argentina, senhor Presidente, serei desafortunadamente bastante transparente neste tema: penso que a Representação da Bolívia e da Venezuela já têm este tema na agenda há bastante tempo, sabem, conhecem o interesse que algumas Representações têm de que possam visualizar este tema sob uma perspectiva que promova um acordo regional.

Entendo que, neste tema, a posição da Venezuela foi transparente, não há debate nessa situação, no entanto, eu não sou muito otimista, senhor Presidente, sobre continuar o debate sobre este tema. As posições estão claras: a Venezuela, em meu entender, não quero fazer-me de adivinhador nesta situação, mas penso que a Venezuela não vai mudar sua posição, e entendo que a Bolívia terá dificuldades para fazê-lo, e tampouco o Peru a mudará. Nós não vamos acompanhar o conjunto de Resoluções, se é que não for serviços como está, e isso estou dizendo com instruções. Ou seja, para essa situação já não há volta para nós.

Isto obedecia a um esforço de alcance regional, se não é o conjunto, não tem objeto. Agora, o que eu sim estou em qualidade de dizer-lhes é que os Chefes de Representação agora têm o profundo dever de ver qual orientação se dá à Organização, porque o fracasso, e vamos dizê-lo, na aprovação do conjunto de Resoluções vai implicar um profundo fracasso da Organização, e no objetivo que o Espaço de Livre Comércio tinha estabelecido. O Peru fez sérios esforços para alcançar consensos nessa matéria, embora tivéssemos divergências como outras Delegações sobre uma série de pontos, fizemos todos os esforços encaminhados para conseguir o que o Embaixador da Argentina, em algum momento, chamou de *minimo minimorum*, que era o conjunto estabelecido nos Projetos de Resoluções. Menos que isso não se pode.

Então, não obstante que não queira, sei que o Embaixador do Brasil tem a melhor intenção nisto, felicito o espírito e o ânimo integracionista do Brasil, no entanto, não vejo que possa ter algum eco dentro das posições nas quais nos encontramos, que algumas Delegações têm sobre os temas. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Sim, Presidente. Também para manifestar-me no sentido de que, primeiro ia pedir desculpas porque esta tarde não posso estar presente por outros compromissos, mas realmente não vejo nenhum sentido maior a uma reunião que consiste em redigir um documento que reflete as posições claramente indicadas aqui.

Esse documento não pode projetar o ideal ou a concreção de nenhuma de nossas tarefas em termo às Resoluções, então, eu acreditaria que essa reação não requer de nossa reunião, eu proporia que isso fosse uma redação feita pela Secretaria-Geral e que esse documento fosse repartido aos países e que, de acordo a se sentirem ou não refletidos nele, se expressem, vai-se alterando, ajustando, e em frente a esse papel, a essa realidade, quanto mais rápido for feito, teremos mais clareza de onde estamos.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Uma reflexão e uma proposta.

A reflexão é de caráter “negociador”, em que sentido? Nós viemos enfraquecendo o Projeto oficialmente aprovado a nível geral com as reservas que sabemos, na intenção de obter o consenso, e resulta que cada vez temos um texto mais lavado, e sobre esse texto cada vez mais lavado, mantêm-se as reservas, então eu prefiro manter as reservas sobre o texto original, mas obviamente é um exercício elementar de negociação o que estou propondo. Não estou propondo nenhuma sabedoria.

Feita esta reflexão de caráter geral, a única solução que me parece existir para este tema é a seguinte: ver se estamos em condições de aceitar a última proposta oficial que existe, que todos conhecemos, sem enfraquecer mais, e que aí sejam mantidas as reservas da Venezuela, da Bolívia e, eventualmente, se necessário, do Equador, e terminemos com este tema, sem votação, sem retrocessos no texto negociado e concordado, e aceitando que há três países que, por razões de determinada natureza, neste momento não estão em condições de acompanhar, mas isso me parece que é a solução pragmática, essa é a solução realista, porque, na verdade, Presidente, e o senhor sabe que estou dizendo coisas absolutamente coerentes, não é possível pensar que em uma semana a Bolívia e a Venezuela modifiquem uma posição que vêm mantendo há anos, além dos enfraquecimentos que propomos.

Então, voltemos ao texto original, que foi consensuado, que foi aprovado neste Comitê e aceitemos que há um, dois ou três países que não podem acompanhar isso por razões “x”, que não nos corresponde julgar, temos simplesmente que aceitar as posições, até aqui pudemos avançar, há três países que não estão em condições de avançar, bem, lamentamos, esperemos que uns ou outros possamos encontrar em breve um ponto de convergência, mas seguir negociando redações para seguir propondo coisas, para que dentro de uma semana nos digam que não temos resposta ainda, esta é a situação que vivemos no último ano, Presidente, e como disse reiteradamente a Venezuela, não tem problema, os senhores negociem, façam o que quiserem, falou até a exaustão, e nós insistimos em querer que a Venezuela venha e levante sua reserva. Se puder levantar as reservas para o texto originalmente aprovado, maravilhoso, se não puder levantá-lo, que pena, mas não podemos continuar enfraquecendo textos, mantendo reservas e mantendo, de fato na realidade, paralisada a Associação. Porque esta é a realidade, a Venezuela disse tudo o que tinha que dizer, todos dissemos o que tínhamos que dizer, e hoje

continuamos debatendo um tema que viemos debatendo há quatro anos, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A proposta está na Mesa.

Em resumo, temos a posição do Peru, que está em impossibilidade de aceitar modificações ao texto que, como disse o Embaixador da Argentina, foi de alguma forma o último oficial conhecido, e está em Mesa para consulta, se é que os países estão dispostos a aprovar o Projeto de Resolução de serviços com as reservas da Bolívia e da Venezuela, sem as reservas do Equador, que mencionou estar disposto a aprovar.

Essa é a situação real, é a única fórmula que está em Mesa. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Parece-me muito bem o proposto pela Argentina, pôr em consideração o texto original, que custou tanto, e sobre isso se vê se é aprovado ou não, melhor do que o outro texto que não sabemos, tão diluído que não sabemos, que se ponha um mandato que pode ser feito pelo próprio Comitê, dizer que se trabalhe em serviços não tem nenhum sentido, porque isso seria o que se aprovaria, que se continuasse estudando isso. Os Ministros não precisam que se diga que se trabalhe nesse tema, prefiro o proposto pela Argentina, que esse texto, o inicial, seja posto à consideração.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente. Para um esclarecimento, o último texto do qual estamos falando é aquele de março do ano passado para o Conselho de Ministros, e nada mais, é aquele. Esse não vamos colocar à consideração dos Ministros para abri-lo de novo. Não, é como tal e se porá aí com as observações ou reservas da Bolívia e da Venezuela.

Neste cenário, o Chile acompanha, não tem problemas com isso, mas eu entendo que, e vou pedir um esclarecimento ao Peru, neste cenário, e com as duas reservas, eles dizem: não e põem reserva em todos os outros textos. Peço um esclarecimento porque do contrário estamos querendo avançar em uma coisa que ...

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Tal qual explicado pela Representação do Chile, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Para esclarecer, o Peru não está disposto a aprovar o texto com as reservas da Bolívia e da Venezuela.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Com nenhuma reserva, senhor. Se pende alguma reserva sobre o Projeto de serviços, o Peru coloca reservas, não somente no de serviços -o de março- mas em todos os Projetos de Resolução.

PRESIDENTE. De acordo. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Eu ia pedir a palavra, Presidente, para dizer outra coisa, que estava de acordo com a proposta da Argentina, sempre sob o entendimento que no Conselho se aprovaria formalmente, como aprovamos os demais Projetos, por consenso todo o conjunto de Projetos aprovados aqui e se manteriam as reservas.

Ou seja, se amanhã a Bolívia quiser retirar sua reserva, o Ministro Boliviano o faria durante o Conselho, e se a Venezuela quiser, também. Agora, com a posição do Peru as coisas se complicam muito, e não sei mais o que fazer, de verdade, não sei.

PRESIDENTE. Sim, é uma situação realmente complicada e lamentável. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, se estamos em condições de aceitar as reservas da Bolívia e da Venezuela a um texto, por que não vamos estar em condições de aceitar as reservas do Peru a todos os textos?

O Peru saberá suas razões políticas, suas razões institucionais, de por que coloca todas estas reservas, e poderá explicá-las ou não, mas eu digo que esta posição do Peru, como assinaei, não é possível que uma posição de um país paralise a ALADI. Hoje volto a dizer o mesmo, com referência a outras Resoluções. Perfeito. Aprovamos todas as Resoluções por consenso. No caso do Peru, com reserva a todas as Resoluções, no caso da Bolívia e bem, depois Peru, Bolívia e Venezuela verão se vão levantando as reservas neste ou noutro texto, não podemos forçar o Peru a que ceda em um esquema desta natureza, mas o Peru também não pode nos forçar a ficarmos paralisados.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Acompanho totalmente a visão da Argentina em relação a isto, porque penso que seria uma mensagem equivocada em razão do que a ALADI está fazendo, e nós compartilhamos isto: que seja feita uma reserva geral do Peru, como foram feitas duas reservas anteriores.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Ofereço a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Conforme o opinado pela Representação da Argentina, o Peru mantém a visão de que nossa posição não tem por que paralisar a Organização, no entanto, a Organização está paralisada por si mesma. Ou seja, as diferentes Representações contribuíram muito pouco para os objetivos da Organização, e essa mensagem que será enviada para fora da ALADI, por isso não é somente a reserva do Peru – que obviamente vai implicar uma situação grave para a Organização-, mas a Organização também tem que começar a pensar com atenção o que vai fazer no futuro.

É tão difícil alcançar consensos sobre situações nas quais no mundo inteiro há acordos, sobre temas que são óbvios para todos, dentro do espectro econômico comercial. O que meu país não entende é o motivo destas dificuldades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Há diferentes visões, obviamente, e isso é o que leva precisamente a que um país não possa impor-se aos demais, no nosso caso é igual, nós compartilhamos a visão da Argentina -neste caso estou falando como Bolívia- isto é, deve-se aprovar o que é humanamente possível aprovar.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bem, penso que neste momento o Peru apresentou um tema muito importante, que quando eu tinha dois meses por aqui me dei conta que era o obstáculo principal da ALADI, que a impede avançar.

Penso que, em algum momento, a ALADI tem que mudar, ou mudam os papéis ou nossa mentalidade. Nessa questão, como funciona o Conselho de Segurança das Nações Unidas, esse erro que há lá, é repetido por nós aqui. Ou seja, que quem quiser, somente um país, pode parar a humanidade, porque tem vontade, mesmo que estejam todos de acordo. Apresentei isso há muito tempo: por que tememos a votação? Por que tememos que seja registrado, como muito bem disse a Venezuela, que seja dito que há uma reserva? Isso nos aterroriza e preferimos o nada.

Hoje tive um dia muito especial com o Embaixador da Argentina. Pela quarta vez coincido com ele, mas me parece uma questão extraordinária o que ele apresentou nesta última intervenção, que deve ser um caminho da ALADI, do futuro, se quisermos sair dessa paralisação. Penso que, no tempo que conheço o Embaixador da Argentina, acredito ser essa sua maior contribuição. Fiquei paralisado com a intervenção do Peru, fiquei gélido, porque disse, tudo acabou, o mundo acabou. Eu disse isso porque, com a intervenção do Peru, já não havia para que levar os quatro acordos, nem nada do que aprovamos, tudo já estava liquidado, para que mais? Felizmente, ocorreu-me essa questão que salva e dá um novo impulso a tudo de novo.

Neste tema ou em outro, qualquer país tem sua decisão soberana de estar em desacordo, mas, por favor, não detenhamos nossos povos. Nós estamos em dívida com nossos povos por nossa incompetência, como diria Peters, que problemas pequenos nos detiveram e nos incapacitaram para defender problemas maiores, porque vejo essas Resoluções pequenas frente à crise, mas é ruim que não resolvamos esses problemas pequenos que levam anos, anos e anos aqui, por isso capacidade de veto que se tem aqui de que um país, porque decide estar contra.

Penso que temos que revisar este ponto, e ir a outro tipo de Resolução, de não assustar-nos com uma posição soberana de qualquer país, que inclusive não depende do Embaixador nem do Ministro das Relações Exteriores mudá-la neste instante em tão pouco tempo, quando há mentalidades e visões diferentes do mundo. Ninguém pode deter o que os outros pensam. Convido os Embaixadores aqui presentes a que reflexionemos, desde nosso ângulo aqui, e informemos aos nossos respectivos países a situação paralisada em que estamos e o que é o que nos obstaculiza, não? Para ver se nós ajudamos a mudá-los e também ajudamos a contribuir para sair destes atoleiros em que estamos, mas é um problema talvez acima dos documentos, pode ser que nossa mente esteja bloqueando ou que talvez não seja necessário mudar nenhuma lei ou disposição, mas sim que se aplique. Aplique-se o que esteja vigente, e, por favor, façamos onde diz que se, um país se reserva, tudo morre. Por que obrigar que isto avance? Nada mais.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Somente, antes de dar a palavra, gostaria de mencionar que a flexibilidade é a grande virtude da ALADI, essa flexibilidade de poder fazer acordos entre dois de nós, três, e todos apontam mais ou menos para algo, mas agora também há a flexibilidade porque há diferentes tipos de acordos, ou seja, dentro da ALADI, temos um TLC entre o Peru e o Chile, que foi muito polêmico, mas que finalmente é um TLC assinado entre ambos os países e que está vigente, mas também há um TCP, um tratado de comércio entre os povos assinado entre Cuba e Bolívia, e são totalmente diferentes, mas são acordos e convivem dentro do âmbito da ALADI, portanto essa grande flexibilidade é o que a diferencia de outros Organismos de Integração: a ALADI tem maior viabilidade de poder sobreviver a todas estas marés de mudanças que há em nossos países.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Ia dizer exatamente o que o senhor disse, em que sentido? A ALADI foi a continuadora da ALALC, que fracassou porque exigia a unanimidade para o funcionamento, por isso é que o critério da ALADI foi a flexibilidade e a parcialidade, temos os acordos parciais, se toda a estrutura da ALADI é para flexibilizar e fazer acordos parciais, por que não vamos poder fazer nesta matéria uma série de Projetos de Resoluções que tenham reservas de uns ou outros países? Eu diria o seguinte, Presidente, se eu vejo o cenário como jornalista político, diria; “que casualidade, por um lado, está Venezuela, Bolívia e Equador objetando isto, e por outro lado, o Peru objetando aquilo, e no meio há 8 países”, isto é o que eu diria como jornalista político, se eu fosse um analista que julgasse os resultados, diria “há 8 países da região, muito diferentes entre si, que conseguem ficar de acordo e 3 ou 4 países que, por diferentes razões, não podem acompanhá-lo”s. Já os acompanharão.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, estou de acordo com isso, estou pronto para aprovar formalmente o Projeto de Resolução de serviços tal qual o negociamos e o aprovamos há alguns meses.

Não acredito, sinceramente, que as reservas impedirão que continuemos trabalhando nos temas, volto a dizer que já trabalhamos sobre a Resolução 59 (XIII), não fomos muito bem-sucedidos, mas de todas as maneiras trabalhamos todos os anos na Resolução 59 (XIII), apesar da reserva de um dos países daqui.

Pediria, e o faço porque eu não quero que o próximo Conselho seja taxado ou chamado de fracassado, que me confirmasse, Presidente, que o entendimento desta Sala é que as reservas não serão justificativas para reabrir os Projetos de Resolução durante o Conselho. Se aprovadas aqui, o conjunto de Resoluções aprovadas terão mantidas as reservas, os Ministros, durante o Conselho, retirarão as reservas ou as deixarão aí, mas as aprovarão, será uma aprovação por consenso.

Temos que garantir isso, Presidente, e pediria que o senhor garantisse a todos nós que este é o entendimento de todos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Sim, senhor Presidente. A questão do Conselho é realmente importante para a Organização, sem desmerecer o que foi dito pelo Embaixador da Argentina.

O tema serviços é algo em que o Peru vem conduzindo bilateralmente, em acordos, no entanto, esta Organização, senhor Presidente, como o senhor poderá entender, ofereceu-nos esta maravilhosa oportunidade de ter muitos países-membros latino-americanos presentes, e penso que essa oportunidade deve ser refletida em acordos de alcance regional, não parcial. Ou seja, esse é realmente o objetivo da Organização, e a meta é conseguir acordos de alcance regional, porque o resto pode ser resolvido por cada país bilateralmente com os Estados que fazem parte disto. Ou seja, se não vamos fazer um esforço regional nesta Organização, é um pouco complicado, não? Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. O esforço é grande. Imagine, de 8 Resoluções, em 7 vamos avançar regionalmente, isso é uma grande conquista, porque é mais de 90%. Obviamente, em alguns temas não se pode avançar regionalmente, e a ALADI dá essa flexibilidade, de que alguns países possam fazê-lo, ir adiantando e algum dia poder-se-á implementar regionalmente vários temas, mas já é um avanço o fato que avancem bilateralmente em diferentes temas.

Que consigamos um consenso em 7 dos 8 é realmente importante, porque todos esses temas já serão regionais, temos temas sociais, temas mais técnicos, enfim. Ou seja, Roma não foi construída em um dia, esse é o ponto chave, e a ALADI, se permanecer no tempo, é por essa grande flexibilidade que oferece aos países.

Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Diríamos que, para não reiterar-nos, estaríamos de acordo com a última intervenção do Embaixador Olima em relação a que o Tratado de Montevideu tem o que tem, é nosso marco jurídico normativo. Nós temos a tranquilidade que estamos apegados ao que está aí, não estamos fora das alternativas que o Tratado de Montevideu permite, além disso, estamos amparados aos princípios mediante os quais reveste a ALADI.

O outro ponto que queremos saber, então, com essa última intervenção do Embaixador do Brasil, se seria bom que a Secretaria circulasse para nós as últimas versões últimas, com as reservas do caso, nas Resoluções que correspondam, para que já façamos o encerramento e diríamos: levemos por última revisão, não para que seja reaberto, mas sim dizendo “aqui está o que vai para o Conselho, nestas condições, com as reservas, sem as reservas, em todos e cada um dos Projetos” e já sabemos quais, para não ter a dúvida de qual é o último Projeto de qualquer tema. Isso seria pedido à Secretaria e, assim, nós, como todos os países, tenhamos a tranquilidade de que as últimas versões com as reservas que correspondam são as que estão circulando a partir deste momento.

PRESIDENTE. Obrigado. Vejamos, então, no espírito do manifestado pela Delegação do Brasil, é importante que garantamos o Conselho de Ministros, que seja um êxito, que todos saibamos a que estamos vindo.

Nesse sentido, a Secretaria circularia os Projetos das 9 Resoluções com as reservas do caso. A reserva da Bolívia e da Venezuela para o caso de serviços, a reserva do Peru para todos os casos, para os 9 casos, e pediríamos às Representações, a todas, que ratificassem, até a próxima semana, uma vez apresentado a suas autoridades que vão estar presentes no Conselho de Ministros, porque estão dispostos a aprovar, de tal forma que todos tenhamos essa clareza e saibamos que estamos indo a um Conselho de Ministros que tem a garantia de que não fiquem sendo reabertos temas para discussão, mas sim que estamos indo simplesmente para aprovar o que já foi acordado. Então, essa é a manifestação feita pela Delegação do Brasil, que me permiti resumir.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Quero somar-me ao apresentado pelo Brasil porque com certeza não podemos correr o risco de incorporar este temário na agenda, dizer que o tratamos por consenso, com as reservas correspondentes, e que o tema seja reaberto no Conselho de Ministros, porque, certamente, a reabertura do tema no Conselho de Ministros nos levará ao mais rotundo dos fracassos.

Isto é, cada uma das Representações tem que ser responsável por transmitir a suas respectivas autoridades que este é o acordo ao qual chegamos neste Comitê. Digo isso porque nos obrigaria, se estivermos de acordo com esta metodologia, a revisar o tema da agenda também, deveríamos pôr este ponto na agenda, Projetos de Resoluções. Concordo com o Embaixador do Brasil de que seria bom não pôr Projetos de Resoluções somente, mas sim pôr títulos de cada um dos Projetos, os 9, para que se veja qual o resultado que conseguimos alcançar. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Somente para indicar algo, porque falamos aqui quando referimos aos Projetos, às últimas versões, falamos de março e o Conselho foi em 21 ou 23 de março, e levamos colchetes ao Conselho de Ministros e tudo isso foi superado e são textos totalmente consensuados, ou seja, deve ser feita uma revisão exaustiva, logicamente nisso a Secretaria está muito atualizada, mas é que superamos essa etapa do Conselho de Ministros em razão de toda a discussão que aconteceu posteriormente.

PRESIDENTE. Efetivamente, posteriormente ao Conselho de Ministros houve consensos sobre discussões, não se pode perder nada disso, estamos falando da última que temos em mesa e que não é a proposta do Brasil, que supostamente ninguém a conhece, somente circulou entre nossos países para ver se tínhamos um acordo, mas a anterior a essa, que é a última, onde ficou um pouco a discussão, e onde havia acordos, já foi muito debatida, porque, como dizem os Embaixadores, não vamos voltar a abrir outra vez esses temas.

Outro ponto importante é para esclarecer mais a intervenção do Embaixador da Argentina. A Presidência está solicitando um princípio de acordo que deve ser ratificado pelas capitais, obviamente, para ter a garantia, e essa ratificação esperamos que chegue até a semana que vem, por via das Representações junto à ALADI, onde se estabeleça, mediante uma Nota, que estamos de acordo com os Projetos de Resolução entregues pela Secretaria, que incluem as reservas de cada país. O Embaixador do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, embora tenhamos uma reunião do Comitê de 15 minutos para isso, é melhor ter uma reunião e aí todos os países ratificarão a aprovação, isso é melhor. Obrigado.

PRESIDENTE. Outra vez, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Penso que uma reunião do Comitê na próxima semana, ou nesta mesma semana para a ratificação por todos os países do conjunto de Projetos, penso que é melhor do que fazê-lo por Nota.

PRESIDENTE. Está à consideração a proposta. Ofereço a palavra à Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, temos em agenda nossa reunião de 22 e 23, temos um Comitê Extraordinário para escutar o Presidente do BNDS, quem sabe podemos começar com um breve Comitê para selar este Acordo e logo procedemos ao que já estava planejado, a exposição solicitada pelo Brasil.

PRESIDENTE. Desculpe, ainda não havíamos acordado as datas, nós teríamos disponível 21 e 22, no dia 23 lamentavelmente temos a reunião de Representantes

Presidenciais da CAN, da qual somos anfitriões em La Paz, e estaremos presentes, obviamente, temos que recebê-los. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Duas coisas: primeiro seria bom que a Secretaria circulasse já mesmo os textos finais. Segundo, se circulamos os textos finais hoje, talvez possamos fazer uma reunião do Comitê de 15 minutos, como disse o Embaixador, não 23, 22 ou 21; uma reunião breve, porque a única coisa que vamos fazer é dizer: ratificamos isto ou não, e em consequência cai da agenda o tema das Resoluções.

PRESIDENTE. Claro, e quanto antes melhor, pelo que o Peru havia apresentado, pois precisa de período para poder preparar seus plenos poderes, não?

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Ricardo Lozada Caballero). Obrigado, Presidente. Neste espaço que está sendo solicitado para uma reunião extraordinária, um intervalo deste Comitê de Representantes, o que nós estamos propondo é que também façamos a consulta da inclusão dos temas dos Projetos de Resolução. Nós temos o entendimento, estamos convencidos que os Projetos, tal como disse Peru, têm que ser de maneira regional, o parcial perfeitamente pode ser feito sem a necessidade dos Projetos de Resolução.

Então, o que nós necessitamos fazer é avaliar, levar este acordo, que até agora está se havendo a tendência de incluir os Projetos de Resolução na agenda do Conselho de Ministros, e para essa reunião, nós confirmaríamos se efetivamente estamos de acordo em incluir estes Projetos de Resolução na agenda do Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Correto. Penso que isso é um entendimento, isto é, os países poderão pronunciar-se sobre a inclusão ou não do ponto na agenda do Conselho de Ministros. Ofereço a palavra para a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdão, Presidente. São duas coisas sobre as quais temos que pronunciar-nos, sobre a inclusão e sobre o compromisso caso se aceite a inclusão de não reabrir o tema, pese as reservas. Isto é, não alcança com o tema da inclusão. São os dois temas, se não há acordo sobre os dois pontos, ou seja, sobre a inclusão e a não abertura do tema, obviamente, isto vai na agenda.

PRESIDENTE. Está claro. A Secretaria me consulta, e vejamos se entendemos bem. O México tem de consultar se está de acordo em incluir o tema na agenda ou não, em função de que tem também uma preferência para que fosse um tema regional, não? Mas não está condicionando, como no caso do Peru, de incluir a reserva, ou sim?

Representação do MÉXICO (Ricardo Lozada Caballero). Não, é somente a inclusão dos Projetos tal como estão agora, é somente a inclusão na agenda.

PRESIDENTE. Está claro. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, que fique claro que estamos todos na mesma situação, vamos daqui para consultar nossas autoridades se estão de acordo em incorporar os temas, em aceitar as reservas e não reabrir o tema, qualquer oposição que haja de caráter...porque a Argentina está na ALADI porque prefere os acordos de caráter regional geral, não necessitamos, se temos o MERCOSUL, se temos isto. Então, está claro que a preferência da Argentina, agora, é pelos Acordos gerais, mas

não sendo isso possível, vamos a uma segunda alternativa, mas eu também tenho que consultar, obviamente, meu país sobre as duas variáveis.

PRESIDENTE. Está claro que todos temos que levar estas consultas e que, obviamente, todos preferimos o regional, por isso estamos aqui, mas a ALADI nos dá esta possibilidade de ter coisas também parciais e flexíveis, que vão construindo esta regionalidade.

Superado então este tema, com esses compromissos da Secretaria de repartir, no dia de hoje, os Projetos finais de Resolução, incluindo as reservas do caso, que seriam submetidos à consideração, a agenda com os três pontos que ficariam como oficiais na agenda, que seria o tema do Panamá, o tema da Declaração sobre a crise e o tema potencial das Resoluções, ficaria configurada dessa forma os resultados desta reunião neste ponto.

Se todos estivermos de acordo, podemos passar então ao penúltimo ponto da agenda, o Relatório sobre o "Seminário para a Dinamização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e o uso dos sistemas de pagamentos em moedas locais".

5. Relatório sobre o "Seminário para a Dinamização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos e o uso dos sistemas de pagamentos em moedas locais"

...A Secretaria-Geral apresentará seu relatório, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, circulamos esta manhã uma lista das pessoas que confirmaram sua presença, mas ainda faltam algumas, os Organismos Internacionais que convidamos também estão respondendo afirmativamente. Diria que temos assegurada uma ótima presença.

Quero destacar a reunião de imprensa que realizamos esta manhã, Presidente, com o senhor e os Subsecretários. Ontem convocamos a imprensa e tivemos uma resposta muito favorável, tivemos a sala cheia, tivemos um café da manhã de trabalho. Não fizemos outra coisa do que foi solicitado pelo Embaixador da Venezuela reiteradamente, promover nosso Seminário que já está, de alguma maneira, instalado na imprensa regional. Logo depois do seminário, terminado esse dia temos previsto novamente um encontro com a imprensa para divulgá-lo.

Penso ser isso fundamentalmente o que tenho que dizer, o temário já está aprovado, já temos resposta favorável e, bem, estaremos preparados para o dia 22, e a tarefa que nos corresponde, o mais difícil é fazer um resumo do documento informal que temos que pôr à consideração das Representações para que possam ser passado aos Chanceleres quando vierem à reunião para saber o que foi tratado e se houve alguma proposta concreta.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário. Algum país que ainda não tenha confirmado sua Delegação? Ou estão todos.

SECRETÁRIO-GERAL. Penso que todos, está faltando o Uruguai, país sede, e Equador e Cuba.

PRESIDENTE. Somente para solicitar às Representações de Cuba e do Equador, neste caso, e à República Dominicana a confirmação, acelerar a confirmação de suas Representações.

SECRETÁRIO-GERAL. O Subsecretário Ricardo Hartstein tem informações sobre o tema.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). O Relatório é: a Argentina enviou uma Nota da Representação, vêm 4 funcionários do Banco Central; da Bolívia, vem um funcionário do Banco Central e veio uma Nota direta do Banco Central, não da Representação; do Brasil vêm um funcionário do Banco Central e o Presidente do BNDS, e provavelmente venham mais participantes, isto informado por meio de uma Nota da Representação; do Chile vem um funcionário do Banco Central, é uma comunicação direta do Banco Central; da Colômbia, um funcionário do Banco Central e ...

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). A Nota da Representação do Chile assinalava que vêm um funcionário do Banco Central e um funcionário da Direcon, Direção das Relaciones Econômicas.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Bem. Da Colômbia, um funcionário do Banco Central e um do Bancoldex, Nota da Representação; não temos informação ainda de Cuba e tampouco do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Nós temos informação que virá um funcionário do Ministério de Coordenação Econômica e entregaremos a informação à tarde para a Secretaria-Geral.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). A Representação do México, por meio de Nota, informou que vêm um Representante do Banco Central e um da Secretaria da Fazenda; oficialmente não temos comunicado do Paraguai.

PRESIDENTE. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Acabamos de informar que vêm dois funcionários do Banco Central e dois do Ministério da Fazenda. Entregamos a Nota nesta manhã.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Temos uma Nota da Representação do Peru informando que vêm dois funcionários do Banco Central; do Uruguai, temos a informação, por meio do Banco Central, ou seja, de forma telefônica, que viria um funcionário do Banco Central e, no caso da Venezuela, temos também informação não oficial, não é Nota da Representação, que viria um funcionário do Banco Central e 4 funcionários mais de diversos organismos.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Oficialmente informamos ontem que vêm funcionários do Banco Central, do Ministério da Fazenda e da Chancelaria.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Não temos informação da República Dominicana.

Por outro lado, informamos que foram reiterados os convites para participar ao SELA, à CEPAL, à ALIDE, à FELABAN, à CAF, ao CEMLA; à SEGIB; à CAN, ao MERCOSUL, à SIECA, ao BID, ao Banco Mundial, ao BLADDEX e ao FLAR. Ainda não temos confirmação dos Organismos Internacionais.

Por outro lado, recordem que na nota enviada pedíamos alguns comentários sobre o CCR às Representações, e não recebemos comentários. Falta-nos receber a informação

do SUCRE para publicar o documento, que certamente o Equador disse que iria ser entregue hoje.

PRESIDENTE. Representação do Equador, a informação do SUCRE?

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Não temos ainda a informação, ontem falei com o economista Páez sobre isso. Ele ficou à espera da reunião de coordenação que realizarem os Embaixadores aqui dos países da ALBA, mais o Equador.

PRESIDENTE. Estaria chegando, então, esse documento. E Páez não virá.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Bem, então, para informar que a Secretaria estaria publicando hoje, então, o documento com a informação que temos sobre a avaliação do Convênio no ano 2008, e sobre as contribuições referentes a alguns temas que poderiam ser de interesse analisar no Seminário. Os mencionados documentos, como os referentes ao Sistema de Pagamentos em Moedas Locais, serão enviados aos delegados credenciados e às Representações.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado. Dois comentários. O primeiro é que eu enviei a Nota, mas é possível que essa Representação Argentina veja-se ampliada com alguém mais da Chancelaria Argentina e, provavelmente, do Ministério da Fazenda.

O segundo tema é uma solicitação: nós, em seu momento, assinalamos o interesse que havia das sociedades de garantias da Argentina em participar deste Seminário e seria bom, porque são quase instituições bancárias, que sejam também formalmente convidadas pela ALADI, bem como estão convidados outros organismos internacionais. As sociedades de garantias na Argentina vieram para conversar, deram informação, etc., e como o problema que afeta o CCR é precisamente um problema de garantias, parece-nos importante que participem as sociedades de garantias que têm uma trajetória de muitos anos. Nós podemos passar-lhe os dados das duas grandes sociedades, uma da província de Buenos Aires e outra nacional.

PRESIDENTE. Bem. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, para complementar a informação sobre a participação brasileira no Seminário. Eu mencionaria que além do que está aí no papel que foi circulado pela Secretaria, onde está o nome de uma funcionária do Banco Central, e foi mencionada também a participação de funcionários do BNDS, mas nós estamos esperando também uma participação de dois ou talvez três funcionários do Ministério da Fazenda do Brasil, então tendemos a uma participação bastante significativa ou, pelo menos, é o que esperamos com base nas informações que recebemos de Brasília até o momento.

Complementando, eu gostaria de pedir a confirmação de que foram adotadas, ou que estão sendo adotadas, as medidas para assegurar a tradução simultânea, porque penso que vários membros da Delegação brasileira talvez terão que expressar-se em português. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem.

## 6. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos

...Escutamos agora o Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos sobre a reunião mantida ontem à tarde, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Benjamín Blanco Ferri). Obrigado, Presidente. Informamos que, no dia de ontem, o Secretário-Geral fez uma apresentação aos Representantes Alternos sobre a contratação de consultores, os procedimentos que se aplicam atualmente e nos ofereceu a apresentação de uma nova proposta complementar à que foi apresentada na sessão 1028 do Comitê, e esta proposta estaria incluindo a participação dos países no processo da contratação dos Consultores e na avaliação dos produtos destas consultorias.

Depois, desenvolvemos um exercício onde cada Representação apresentou sua visão dos problemas que existem atualmente com estes processos de consultoria e estes insumos foram recolhidos pela Secretaria para apresentar esta nova proposta, da mesma forma, as Representações realizaram consultas que serão respondidas na próxima reunião de Representantes Alternos, por parte da Secretaria, através de um documento.

Acordou-se que teremos uma nova reunião para analisar estes documentos na primeira quinzena de maio. Isso informo, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

## 7. Assuntos diversos

... No ponto Assuntos Diversos, temos em Mesa a proposta, de 6 de maio para despedir-nos no Comitê do Embaixador Max de la Fuente. Esta estaria à consideração, de tal forma que escutamos as opiniões das Representações se estariam de acordo com esta data.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Quero informar que 5 e 6 de maio, infelizmente, o MERCOSUL tem uma reunião do Conselho Mercado Comum, em Assunção, de tal maneira que, com certeza, eu não estarei presente, e isso também acontecerá com os Embaixadores do Brasil, do Uruguai e do Paraguai. Indico isso porque não vejo demasiados tempos possíveis. Entendo a necessidade, mas também o menciono porque não gostaria que tivesse nenhuma leitura equivocada nossa ausência, antecipo esta situação.

PRESIDENTE. Obrigado. Há a possibilidade da reunião do Comitê que teríamos no dia 21, para ratificar estes princípios de acordos que assumimos hoje, que é um pouco adiantado, mas poderia, eventualmente, usarmos essa data. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Aqui me falam que a questão é que Max de la Fuente certamente será o Representante do Peru para a reunião do Conselho de Ministros. Sendo assim, fazer-lhe uma despedida antes da reunião do Conselho de Ministros não me parece que seja bom. Assinalo isso, simplesmente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Senhor Presidente, sugeriria duas datas alternativas, que poderiam ser 4 ou 7. Não sei, dentro da agenda que os senhores Representantes Permanentes têm...

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdão, nossas reuniões são 6 e 7 em Assunção, o que nos obriga a sair daqui na terça-feira, 5. A possibilidade seria sexta-feira, 8, ou segunda-feira, 4.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Segunda-feira, 4, penso que seria melhor.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Segunda-feira, 4, à tarde, teria que ser, talvez.

PRESIDENTE. Está à consideração a data de segunda-feira, 4, à tarde. Não havendo objeções, então, aprovaríamos esta data para a reunião do Comitê de Representantes com o objetivo de despedir-nos do Embaixador Max de la Fuente.

Algum outro tema? Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, fica entendido que a reunião do Comitê seria dia 21, e posteriormente escutaríamos o Presidente do BNDS, previsto para 23.

PRESIDENTE. Então, teríamos no dia 21 uma reunião muito breve para ratificar. Ofereço a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, seria bom que a Secretaria tivesse em mãos o calendário, porque no dia 21 há Grupo de Trabalho de PMDERs, então, teriam que ajustar a data ou a hora.

SECRETÁRIO-GERAL. Obviamente, mas o Comitê tem preferência, pediu uma reunião no dia 21 de 15 minutos para coordenar e, depois, em relação ao Grupo de Trabalho, consultaremos o Coordenador e vemos que hora está bem.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Desculpe o diálogo, Presidente, mas o anúncio porque como não fizeram nenhuma menção ao Grupo de Trabalho, entendemos que há uma prioridade, por isso digo que seria bom precisar a hora, porque nós também já anunciamos ontem que temos o recebimento das Delegações que vêm ao Seminário de 21 de tarde, isso já foi falado em Alternos ontem, então, somente estava sugerindo que se veja a hora para precisar e cumprir com os calendários e com as prioridades do caso.

PRESIDENTE. Bem, a hora da reunião dos 15 minutos está à consideração.

Tem que ser, obviamente, pela manhã. Há uma proposta da Delegação do Brasil de fazê-la às 9h45min. De forma tal que a reunião do Grupo de Trabalho poderia ser à mesma hora que sempre a fazem, às 10h.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Desculpe, Presidente. Quando foi coordenada a reunião do Grupo de Trabalho, solicitou-se ao Subsecretário precisar a agenda mais cedo do que de praxe, porque o Embaixador tinha um compromisso ineludível, diríamos uma questão protocolar bilateral às 11h30m da manhã, por isso adiantamos a hora do Grupo de Trabalho, e por isso fazia menção ao comentário anterior.

Pode-se fazer às 9h e após se segue, mas quero esclarecer que por isso fiz a precisão, o Embaixador tem um compromisso protocolar que não pode faltar, então, pode-se começar às 9h e continuamos. Não temos problema, mas por isso queria que se definisse o tema da hora.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). E se postergamos a reunião da Comissão de Orçamento por Programas para não complicar a vida neste tema, parece-me que podemos postergar por uma semana a reunião de PMDERs, não? Porque penso que é uma magnífica inspiração, que sei estar completamente fora da realidade, fazer um Comitê em 15 minutos. Então, isso vai começar às 9h45min e às 10h teremos tudo resolvido, isso é uma maravilha na ficção, mas não na realidade. Em consequência, sugiro que façamos o Comitê às 9h45m até que terminemos de resolver este tema, que passemos a reunião de PMDERs para outro dia, quando o senhor Embaixador Franklin González puder, e resolvemos este problema, do contrário nós mesmos estamos nos enforcando.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Transmito textualmente ao Embaixador, a precisão foi feita pelo outro compromisso protocolar. Se for uma decisão de consenso postergá-la, entendemos a prioridade, mas não temos problema de começar o Comitê às 9h e continuar os Alternos com o Embaixador posteriormente, se é que consigamos o ajuste dos tempos, mas o transmito, e aí podemos precisá-lo com a Secretaria e circulamos a convocatória ou a revisão que for necessária.

PRESIDENTE. Assim é, efetivamente. O Comitê será muito importante já que resolverá um tema chave para a realização do Conselho de Ministros, portanto, requer a prioridade necessária. Seria importante ver a reprogramação da reunião de PMDERs.

Então, 9h45min do dia 21 ficaria prevista a reunião do Comitê especial para resolver este tema. Que outro tema temos, Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, estão sendo impressas as cópias do grupo de Resoluções, as novas Resoluções incluídas as 9 observações do Peru e uma delas com as observações da Venezuela, Bolívia e Peru.

Se não conseguirmos distribuí-las aos senhores, porque já terminou a reunião, enviaremos às Representações esta tarde, mas já está em processo, não obstante as enviaremos por e-mail para que os senhores as recebam.

PRESIDENTE. E o outro documento seria esta proposta de reformulação da agenda, que teria 3 pontos, que também teriam que ser enviados pela Secretaria, não?

SECRETÁRIO-GERAL. Para isso pedimos um pouquinho mais de tempo para poder ordená-lo e que não haja erros. Chegam as cópias.

PRESIDENTE. Aí estão as cópias que poderão ser levadas e também que o passem por meio eletrônico, isso é importante também.

Bem, não havendo outro tema... Ofereço a palavra para à Representação Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Considerando que são quase 2h da tarde, sugiro que a reunião desta tarde de Alternos

comece às 16 horas, porque, do contrário, não teremos tempo nem de almoçar. Iniciar a reunião às 16 horas em lugar das 15h30min. Obrigado.

PRESIDENTE. De acordo, 16h a reunião de hoje.

Há um problema com a data que havíamos decidido do dia 4 de maio para a despedida do Embaixador do Peru, já que não pode nesta data, e poderia no dia 8. Então, submete-se à reconsideração para ver se aprovamos a sexta-feira, 8, às 10 da manhã.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdão, pergunto, Max de la Fuente vai no dia 8, isto é, não podemos fazer a despedida na terça-feira próxima? Dia 12?

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Ele fica uns 3 ou 4 dias, não tenho certeza, mas penso que tem uma passagem para o Paraguai na próxima semana. O problema da segunda é que o Corpo Diplomático faz a despedida na segunda-feira, 4 de maio, o que não sabemos é a que horas, se fosse pela manhã seria factível fazê-lo à tarde, como estava previsto, o tema é que não podemos confirmá-lo ainda porque não estabeleceram um hora na segunda-feira, 4.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Perdão, desculpe-me, Presidente. O que digo é isto: se a dificuldade de Max de la Fuente é a despedida do Corpo Diplomático, as mesmas ou são às 12h ou são às 17h, e nós estamos falando de fazer um Comitê às 15h, que poderá durar uma hora, uma hora e meia, e parece-me ser perfeitamente compatível, e deixaríamos a data de 4. Está bem?

PRESIDENTE. Segunda-feira, dia 4, às 15h.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Como estava estabelecido, nada mais que estamos estabelecendo a hora.

PRESIDENTE. Então, este tema seguirá sendo consultado sobre esta base, se houver alguma dificuldade, então, a Secretaria continuará nos comunicando e fazendo as consultas respectivas.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Em princípio seria no dia 4 de maio, às 15h.

PRESIDENTE. Sobre essa base se continuariam as consultas.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Não havendo outro tema... A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Embaixador, para esclarecer ou sugerir. Vejamos, agora a ideia é que os Alternos se reúnam à tarde para ver o tema da crise, também temos que mandar isto para consulta. Há Representações que têm mais gente, nós, neste caso, ou estamos aqui ou estamos lá. Quero ver se não é possível começar amanhã com a crise, como estava previsto inicialmente, para hoje. Penso que o prioritário é poder mandar para consulta à capital estes Projetos de Resoluções, do contrário não teremos horas, salvo que tenhamos tudo eletronicamente agora, possamos ir à Representação, tenhamos e o enviamos, mas não sei se dá. É somente um tema operativo.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Talvez o Chile tenha razão, Presidente. Para nós está bem, o único que penso é que teríamos tempo hoje à tarde de redigir alguma coisa em termos de Declaração para começar com isso amanhã o grupo poderia ter algo, um papel ou alguma proposta, um anteprojeto.

PRESIDENTE. Bem, então a reunião para o tema da crise começaria amanhã, às 9h30min.

Não havendo outro tema na agenda... Ofereço à palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Senhor Presidente, quando vão circular o Projeto de agenda para o Conselho de Ministros, vão distribuir hoje algum documento, algum Projeto provisório de agenda? Seria útil para enviá-lo à capital.

PRESIDENTE. Pediríamos à Secretaria que, para o dia de hoje, distribuam por e-mail, no início da tarde, o Projeto de agenda dos três pontos, com formato e tudo, para poder enviar para consulta. Seria o Projeto de agenda da reunião do Conselho de Ministros, com os três pontos acordados nesta reunião, para serem submetidos a consultas nas capitais para saber se a agenda é aprovada.

Não havendo mais temas, então encerramos a sessão 1034 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

Muito obrigado. Boa tarde, Embaixadores.

---